

revolução popular

- 2 - O general Humberto Delgado assassinado pela PIDE
- 3 - O marxismo-leninismo é uma bússola para a acção
- 13 - Luta de classes ou "unidade de todos os portugueses honrados"? (Primeiro artigo de crítica a "Rumo à Vitória")
- 35 - O revisionismo põe em perigo as conquistas revolucionárias dos povos e a paz mundial
- 38 - Mao Tse-tung: Levar a revolução até ao fim
- 40 - A guerra do Vietname ou os benefícios da "coexistência"



3

orgão do

comité marxista-leninista português

O GENERAL HUMBERTO DELGADO ASSASSINADO PELA PIDE

O mistério que envolvia o desaparecimento do general Humberto Delgado dissipou-se por fim: já não se pode duvidar de que o seu assassinato foi obra da PIDE, com a cumplicidade provável dos fascistas espanhóis; duas testemunhas que podiam denunciar o crime foram igualmente abatidas pelos fascistas. Assim desaparece, cobarde-mente assassinado, um homem de quem nos separavam profundas diferenças ideológicas e políticas, mas que foi nos últimos anos um inflexível opositor da ditadura de Salazar.

Este crime tenebroso, que está bem nas tradições do governo, é um novo aviso para todos aqueles que continuam a querer ignorar a natureza cruel e sangrenta do fascismo português; porque, por estranho que pareça, depois de 38 anos de ditadura, depois de 4 anos duma guerra colonial que é um genocídio sistemático, há ainda, no campo anti-fascista, quem continue a ser cristãmente superior à violência e quem procure adiar por todos os meios uma confrontação inevitável, acenando com a miragem dum "levantamento nacional" que chegará numa manhã de nevoeiro...

Salazar, no seu último discurso, tranquilizava os cúmplices, alarmados perante a perspectiva de movimentos populares em torno das próximas "eleições". O que significa isto? Isto significa que ele confia na indecisão das forças que se lhe opõem, na falta de espírito revolucionário dos dirigentes anti-fascistas clássicos, no seu incorrigível pacifismo e legalismo, e espera poder vencer mais esta prova castigando brutalmente as massas populares, privadas duma verdadeira direcção revolucionária.

Só há uma resposta a dar a esta insolente confiança do ditador: é desenvolver sem restrições a luta popular sob todas as formas, incluindo a acção armada, é rejeitar todas as ilusões no valor milagroso dos acordos unitários por cima com os liberais e os descontentes do regime, é concentrar todos os esforços no reforçamento das fileiras da classe operária, dos camponeses, das massas oprimidas, derrotando implacavelmente o oportunismo, o pacifismo, o revisionismo, a conciliação de classes.

Todo o golpe do inimigo pode ser utilizado no interesse da nossa causa, se soubermos tirar dele os ensinamentos que comporta. Que o assassinato do general Humberto Delgado sirva para reforçar em todos os revolucionários a decisão inflexível de conduzir as massas populares a esmagarem pelas armas a ditadura de Salazar e a conquistarem o poder político.



O MARXISMO-LENINISMO É UMA BÚSSOLA PARA A ACÇÃO

O marxismo-leninismo é uma bússola para a acção, uma teoria que permite guiar o proletariado entre as contradições da sociedade burguesa e alcançar a supressão da exploração do homem pelo homem, liquidando a contradição fundamental do capitalismo, entre o carácter social dos meios de produção e a forma capitalista privada da sua apropriação.

Mas para atingir este objectivo final, os marxistas-leninistas têm que saber distinguir as contradições principais das secundárias, estudar as relações entre elas e enquadrá-las numa perspectiva única, caso contrário tornar-se-ia possível à classe exploradora prolongar a sua ditadura através da resolução de certas contradições no âmbito do capitalismo (como a concessão de certas liberdades, a elevação do nível de vida, etc.). Só a integração das lutas reivindicativas de carácter limitado, políticas, económicas, culturais, etc, numa perspectiva a longo prazo pela conquista do poder assegura aos marxistas-leninistas uma acção revolucionária eficaz.

Por esta razão, o conhecimento do campo de batalha (classes em presença, sua força política e económica, suas ligações com a produção, etc.) e o estudo das formas sob as quais a luta de classes se revela em cada instante (maior ou menor combatividade das massas, estado organizativo, maior ou menor grau de repressão, etc.), é uma necessidade imperiosa para os marxistas-leninistas, pois só a percepção nítida de todos estes problemas lhes permitirá encontrar as formas de luta adequadas, lhes permitirá agudizar as contradições até um ponto de ruptura, em suma, lhes permitirá consolidar e fortalecer o partido do proletariado e deslocar para o lado da revolução o maior número possível de forças.

Isto mostra que o marxismo-leninismo é também um método e um instrumento, quer isto dizer que é necessário aplicá-lo, num sentido de análise a situações concretas. A repetição seca e mecânica dos princípios não conduz a qualquer resultado, antes pelo contrário, esclerosa o pensamento e a acção; o militante revolucionário deve pois assimilar o marxismo-leninismo para depois o utilizar no conhecimento das formas concretas políticas, económicas e ideológicas que a luta de classes assume na sua sociedade.

Em Portugal, onde há muitos anos o movimento proletário e popular se encontra diluído num antifascismo genérico, onde os dirigentes do P.C.P. de há muito haviam traçado uma linha unitária que, limitando-se a apresentar a contradição entre salazarismo e todo o povo, na realidade deforma o feixe de contradições da sociedade portuguesa, submetendo os interesses revolucionários do proletariado e das restantes massas populares aos interesses da pequena e média burguesia (liberalização do regime burguês com o afastamento de Salazar), e onde o esforço ideológico do P.C.P. para o estudo da nossa sociedade foi sempre insignificante, uma grande tarefa de análise é exigida aos marxistas-leninistas.

Criou-se uma situação em que o revisionismo e o oportunismo ganharam o núcleo dirigente do P.C.P. e uma luta rigorosa de princípios teve que ser iniciada há cerca de um ano pelos marxistas-leninistas portugueses para libertar os militantes comunistas da influência oportunista injectada no seu seio, com a finalidade última de desmascarar politicamente todos os dirigentes revisionistas e de reconstruir o Partido Comunista sobre bases marxistas-leninistas, revolucionárias.

Apesar de todas as nossas deficiências (de que temos inteira consciência) no campo teórico e prático, consequência também de um longo passado de letargia ideológica e do fraco nível político das discussões no seio do P.C.P., temos ideia de que "Revolução Popular" foi a primeira tentativa séria de análise que permita compreender como a luta de classes se desenvolve no nosso país.

A criação de "Revolução Popular" foi um passo importante na luta actualmente em curso para libertar as massas populares das influências burguesas ou revisionistas e temos a consciência de que hoje novos quadros revolucionários estão a surgir já impregnados dos princípios que há um ano começámos a defender: a necessidade de criação de forças armadas populares para a liquidação do fascismo, a criação de uma larga frente popular de combate que integre as massas exploradas e os antifascistas, a luta intransigente contra o revisionismo moderno e todas as suas variantes nacionais (krutchevismos, togliatismos, ou cunhalismos), a reconstituição do Partido Comunista sobre bases marxistas-leninistas, exigência fundamental para que ele desempenhe o papel revolucionário para que foi criado, de estado maior do exército do proletariado em luta pela conquista do poder.



Numa reunião de marxistas-leninistas, recentemente efectuada e da qual o editorial do número 2 de "Revolução Popular", já salientou os principais aspectos, foi igualmente resolvido que a nossa publicação, além da contribuição teórica que tem vindo a dar, precisasse, em termos práticos, quais as tarefas que hoje se exigem aos militantes revolucionários. Tal é a função deste editorial.

O campo de acção dos militantes revolucionários desdobra-se hoje em duas frentes que, embora normalmente interpenetradas na militância quotidiana, são bem distintas e caracterizadas: dum lado, a luta antirevisionista contra todas as impregnações burguesas no movimento operário; doutro lado, uma luta antifascista consequente que destrua a base económica e social do fascismo, capaz de mobilizar as largas massas populares, como etapa necessária para a liquidação do capitalismo e instauração do socialismo. Tendo, no actual momento, a luta antirevisionista uma particular importância, a ela se dará um maior destaque, com a certeza de que a luta antirevisionista mais eficaz é a que passa pelo combate ao fascismo na exemplificação quotidiana da justiça dos nossos princípios e com a certeza também de que um número considerável de comunistas, embora influenciados pelas ideias que temos defendido, só se decidirão a prosseguir a luta fora do actual P.C. quando nós tivermos provado na prática a justiça da nossa linha táctica. Mas, para que essa prova prática se efectue, são necessários militantes revolucionários; e, para surgirem militantes revolucionários é preciso um profundo trabalho de elevação ideológica, isto é, uma extirpação de ideias reformistas no seio das massas populares e uma aquisição de princípios revolucionários. E, como tal, este encadeamento de condições evidencia o que dizíamos atrás, sobre a necessidade do marxista-leninista desdobrar a sua actividade no campo da luta anti-revisionista e da luta antifascista.

LUTA ANTIREVISIONISTA

A luta contra o revisionismo não é um facto novo na história do movimento comunista internacional. Desde 1848, data do lançamento do Manifesto Comunista, os marxistas foram obrigados a travar um combate de morte contra todos os oportunistas e revisionistas, donde o marxismo-leninismo saiu mais fortalecido e mais fecundo. As grandes polémicas de Marx com Proudhon e Bakunine, de Lênine com Kautsky e Plekanov, de Stáline com Trotsky, são marcos fundamentais na história do comunismo, onde os militantes

tes de hoje encontram inúmero material de reflexão, que permanecem como exemplos rigorosos da luta implacável contra as diversas modalidades de penetração da ideologia burguesa no seio do operariado. Toda a história do comunismo é uma luta ideológica permanente por uma teoria e uma tática revolucionária do proletariado contra as diversas tendências reacçãoárias do movimento operário. Como foi dito no Encontro dos Comunistas Belgas (marxistas-leninistas) para comemoração do centenário da Iª Internacional:

"Isto não deve espantar, porque o movimento operário, como qualquer outro processo da natureza e da sociedade, não pode escapar à grande lei universal dialéctica que vê na unidade e na luta dos contrários a fonte de todo o movimento, de todo o desenvolvimento, de todo o progresso. O movimento operário comunista não poderia e não pode desenvolver-se e reforçar-se senão através duma luta permanente contra todas as tendências antiproletárias e anticomunistas; primeiramente o marxismo, e depois o marxismo-leninismo, talharam o seu caminho através de lutas incessantes à direita e à "esquerda" contra todos os desvios anti-marxistas e continua a desenvolver-se, a propagar-se e a impregnar inúmeras massas de trabalhadores do mundo inteiro, através de combates infatigáveis e intransigentes pela pureza dos princípios revolucionários da doutrina marxista."

A mais importante das tarefas actuais : reconstituir o Partido Comunista

Os marxistas-leninistas têm hoje sobre os seus ombros a responsabilidade de reconstituir o Partido Comunista Português, em bases marxistas-leninistas, única via para a unidade do proletariado português. É por reconhecermos a importância fundamental de as massas serem guiadas por um Partido Comunista que iniciámos a nossa luta de princípios contra o seu actual grupo dirigente. Será uma luta prolongada e difícil, mas em Portugal, como nos outros países, hoje como no passado, o oportunismo será extirpado do seio das massas operárias e batido no plano ideológico e político.

A luta antirevisionista que se trava hoje no mundo inteiro, dirigida pelos Partidos Comunistas da China, da Albânia, do Japão, da Coreia, do Vietname, da Indonésia, da Bélgica, da Índia, etc, e pelos grupos marxistas-leninistas dos diversos países não é, pois, um caso ímpar na história do movimento operário. No nosso país, esta luta é particularmente importante porque as massas operárias portuguesas, embora possuindo um ódio de classe elevado, têm um nível ideológico baixo e porque a direcção revisionista do P.C.P. usa uma fraseologia hábil que se faz passar por revolucionária, procurando não exprimir muito abertamente aquilo que, de facto, defende. A este respeito é, por exemplo, sintomático o facto de Cunhal, no seu informe de Abril de 1964 destinado a uma grande divulgação, se ter cuidadosamente esquivado a esta questão por saber quanto a sua posição seria impopular entre as massas, apesar de ter tomado frequentemente posição pública para atacar o heróico P.C. da China (vd. "R.P.", nº 1)

Por todas estas razões, enquanto não existir um partido marxista-leninista, não é de esperar que a luta antifascista pelo socialismo faça progressos consideráveis. Só um Partido Comunista firmemente agarrado aos princípios do marxismo-leninismo tem a capacidade de organizar as massas populares e de as encaminhar para a conquista do poder. Os comunistas devem, portanto, desde já, organizar-se em Comités Marxistas-Leninistas, exteriores ao actual P.C., e coordenar as suas actividades, como núcleos de formação do futuro Partido Comunista Português.

Sobre o problema da disciplina e da unidade interna no Partido

Foi o P.C. da União Soviética, com o seu grande guia Lênine, que estabeleceu um certo número de regras de trabalho e de organização, como o centralismo democrático

(submissão dos organismos inferiores aos superiores e proibição de existência de facções ou tendências), que se revelaram ser fundamentais para o fortalecimento desenvolvimento dos partidos comunistas.

Só através de uma severa disciplina que funda todos os militantes num só corpo, antecedida duma discussão a todos os escalões que os funda numa só linha de pensamento, podem os comunistas constituir uma força suficientemente poderosa para se capacitarem à conquista do poder. Mas esta disciplina justifica-se em relação aos princípios marxistas-leninistas e tem razão de ser quando se trata de os defender e aplicar. Caso contrário, aceita-se a disciplina como um fetiche ou um dogma, e ela deixa de ter razão de ser; tal foi também o grande ensinamento de Lênine que não hesitou em quebrar a disciplina com os mencheviques, para apetrechar o proletariado russo com a organização revolucionária que viria a conquistar o poder em 1917.

Muitos camaradas que concordam com a maioria dos nossos pontos de vista afirmam, no entanto, que hoje é necessário salvaguardar a unidade do Partido e depois da queda do fascismo "logo se verá". A esses camaradas, nós respondemos que "a unidade é uma grande causa e uma grande palavra de ordem, mas o que falta aos operários é a unidade dos marxistas e não a unidade dos marxistas com os adversários ou os falsários do marxismo" (Obras de Lênine, vol. 20, pág. 211); efectivamente os marxistas nunca hesitaram em denunciar publicamente "todos aqueles que, tendo mais tendência a apregoar a cada instante a palavra unidade, são na sua maioria aqueles que semeiam a maior cisão, e os maiores sectários e confusionalistas por vezes gritam em coro pela unidade" (Marx e Engels, Carta a Bebel de 20-6-1870). Foi o aparecimento dos bolcheviques com o seu grande guia Lênine que levou o proletariado russo ao Kremlin, foi a separação da ala esquerda dos partidos social-democratas em numerosos países nos anos de 1920 que originou a maioria dos Partidos Comunistas da Europa Ocidental (como o P.C. francês e Italiano).

Esses camaradas esquecem que a grande luta pelo socialismo em Portugal se está já hoje a travar e que é desde já que ela se decide e não numa data hipotética do derubamento do fascismo, até mesmo porque é duvidoso que a actual táctica do P.C.P. alguma vez consiga destruir a salazarismo, a não ser para o entregar intacto, isto é, sem destruir a sua base económica, para uma nova época de modernização do aparelho da exploração burguesa. Como dizia Lênine: "a unidade com os oportunistas é, na realidade, a cisão do proletariado revolucionário, e marca, de facto, a subordinação da classe operária à "sua" burguesia nacional" (Obras, tomo 21)

Outros camaradas falam da "disciplina" ao Partido, a respeito de dirigentes como Cunha, etc.

A esses camaradas que dramatizam e pessoalizam fenómenos históricos, que se impressionam pelo facto de consagrados dirigentes antifascistas serem atacados no plano das ideias, nós respondemos que a luta antirevisionista em Portugal nada tem de anormal. Pelo contrário, ela corresponde a uma consciencialização das massas populares no que diz respeito à sua intervenção na História do nosso país, e o aparecimento dos marxistas-leninistas portugueses não é senão uma consequência desta tomada de consciência.

● O militante marxista-leninista : um educador

Um educador, para saber desmistificar perante os comunistas que, ou por convicção, ou por "disciplina" ainda se encontram no Partido, as questões da "unidade" e da "disciplina" com que os dirigentes revisionistas tentam ocultar os verdadeiros problemas. Um grande trabalho de discussão e crítica deve ser lançado junto de todos os militantes do Partido, através da análise dos nossos materiais e dos materiais dos revisionistas. Ao contrário da direcção do P.C.P., que hoje dá instruções severas aos seus militantes para não divulgarem as suas publicações senão a pessoas de total confiança ideológica (o que não deixa de ser curioso num partido que deseja levar as massas ao po

der), os militantes revolucionários devem suscitar permanentemente a discussão, devem trazer para o seio das massas populares todas as questões candentes da actualidade política portuguesa como a "linha da Unidade", a cisão da F.P.L.N. entre os entusiastas da Unidade e os partidários de Delgado, etc. Efectivamente a experiência tem revelado que inúmeros militantes do P.C.P. se encontram trabalhados por infinitas dúvidas sobre a validade da sua linha, e que só uma deliberada deformação dos nossos pontos de vista pela parte dos dirigentes do P.C.P. ou uma proibição religiosa de ler as nossas publicações (um novo Index papal foi criado para desviar os comunistas do "mau" caminho) em da os mantém nas fileiras do P.C.P.

● O militante marxista-leninista : um organizador

Muitos comunistas já se aperceberam da falência teórica e prática da linha do "levantamento nacional" e da "unidade" proposta pela direcção do P.C.P. mas ainda não conseguiram descobrir os meios adequados para desenvolver a sua luta. Alguns descuram ou abandonam pura e simplesmente as suas tarefas, outros exigem a discussão dentro dos seus organismos, julgando que, deste modo, podem "pressionar" a direcção do P.C.P. a inflectir a sua orientação. Uma das principais tarefas será integrar todos estes militantes em Comités Marxistas-Leninistas, base do futuro Partido Comunista, que, sob a direcção dum organismo central, terão como objectivo orientar e enquadrar as lutas populares, sejam elas de carácter económico, político ou militar; lançar as bases ideológicas do futuro Partido, propondo linhas tácticas imediatas para casos concretos (do movimento operário, camponês ou estudantil, etc.) prosseguir a luta antirevisionista e a trair para o campo revolucionário novos militantes.

O recrutamento para estes Comités deve ser muito severo e só deve ser proposto a camaradas que já tenham dado provas de ter assimilado a nossa linha política, de terem tido um comportamento impecável na Pide em caso de prisão, de se devotarem à causa do proletariado. O Partido Comunista revolucionário deve ser um Partido de quadros forjados na luta quotidiana e não um partido de massas abarto aos democratas "boas pessoas". Paralelamente devem ser aproveitadas ou criadas associações legais e ilegais, capazes de mobilisarem as largas massas populares, com um critério mais elástico de recrutamento, onde se revelarão e farão a sua aprendizagem política os futuros militantes do Partido revolucionário.

Hoje a F.A.P. (Frente de Acção Popular) é a organização política que concentra no seu programa as reivindicações de classe das massas oprimidas e que define uma linha política mais adequada ao derrubamento do fascismo: inteira iniciativa do proletariado e do campesinato, libertação da hegemonia ideológica do radicalismo burguês, denúncia do espírito unitário que, durante anos e anos, acorrentou as classes exploradas aos interesses da burguesia oposicionista, e formação dum exército popular capaz de conduzir as massas à insurreição armada.

E, portanto, nas fileiras da F.A.P. que o militante marxista-leninista deve exercer a sua capacidade de mobilização de massas, onde se deve integrar para as encaminhar e educar dentro dos nossos pontos de vista tácticos e princípios ideológicos.

● O militante marxista-leninista : um propagandista

As massas populares portuguesas têm a particularidade de associarem um agudo ódio de classe a uma débil formação ideológica; o marxismo-leninismo é a única teoria capaz de conduzir a consciência de classe a uma luta política dirigida à liquidação do capitalismo, e transformá-la numa onda violenta que esmagará os privilégios da classe

dominante. Sem este auxílio ideológico, a combatividade dos trabalhadores dissipa-se em lutas anárquicas, em iniciativas pessoais de pequeno alcance ou em actos de puro terrorismo.

É, pois, necessário que o militante comunista alie à prática política uma forte dose de pedagogia revolucionária para impregnar as massas dos princípios marxistas e mostrar-lhes, em cada momento, onde se encontram os seus inimigos de classe. O militante marxista-leninista deve, pois, ter assimilado os princípios revolucionários, de modo a poder explicar às massas o significado político de cada luta, por secundária que seja, e extrair dela ensinamentos para o futuro; ele deve saber interpretar as derrotas e, nessa altura, dar às massas um novo ânimo, mostrando-lhes as razões que as originaram e o modo para que elas não se verifiquem novamente. Através das lutas do dia a dia deve ser capaz de exemplificar os princípios marxistas, inculcando nas massas um espírito de análise e de adaptação às novas condições que vão surgindo.

Para tal, devem desde já organizar-se cursos de formação marxista e sua aplicação ao conhecimento da luta de classes em Portugal, assim como editar as obras principais do movimento comunista. Em breve o nosso órgão começará a publicar os materiais utilizados num curso experimental, cujos resultados se revelaram aceitáveis e que evidenciou a necessidade de se repetirem noutros sectores; estes cursos, que foram sobretudo dirigidos aos problemas da nossa sociedade, apetrecharam os militantes duma preciosa arma política que é o conhecimento científico das leis que regem o desenvolvimento da sociedade portuguesa e deram aos seus participantes uma nova base de confiança e ânimo na luta do proletariado.

O "conflito sino-soviético" é ainda tido por muitos comunistas como um assunto exterior ao movimento comunista português, com o qual acham que pouco ou nada têm a ver. Esquecem, assim, que este conflito é a tradução, nos tempos actuais, da luta entre marxistas-leninistas e reformistas. Que esta luta é hoje de uma gravidade excepcional em relação aos tempos passados, porque o revisionismo ganhou o P.C.U.S., o primeiro partido a instaurar a ditadura do proletariado e dirigente duma das potências mais poderosas do mundo actual, enquanto que antigamente se tratava de figuras políticas, na maioria dos casos com reduzida influência nas massas. Esquecem também que a influência do revisionismo de Krutchev foi uma das pontas de lança para a penetração do revisionismo em numerosos P.C.s e já provocou desastres incalculáveis no movimento operário.

Dentro do actual combate em curso contra o revisionismo, competem tarefas importantes aos propagandistas revolucionários. É a eles que cabe encontrar os meios mais adequados a cada situação, para explicar às massas populares as formas que o revisionismo adoptou no nosso país, e a melhor maneira de liquidar a influência que ele possui. Uma particular atenção deve, pois, ser dada, além da divulgação dos textos clássicos do marxismo, à divulgação dos materiais dos P.C.s marxistas-leninistas, com a certeza de que os marxistas-leninistas portugueses estão deste modo a defender o marxismo-leninismo.

● O militante marxista-leninista : um rigor político exemplar

A luta lavada a cabo pelos marxistas-leninistas baseia-se em sólidos princípios revolucionários, na solidariedade de classe e no internacionalismo proletário. Is to nada tem a ver com as hipócritas posições do "humanismo" burguês ou com atitudes sentimentais diante da luta de classes. Quer isto dizer que, quanto às campanhas de mentiras ou calúnias dos dirigentes revisionistas, interessa-nos analisá-las como manifestação duma posição política e não, obviamente, sob qualquer perspectiva moralista. Para o militante comunista, responder às denúncias e provocações dos revisionistas com uma firme e inabalável rectidão política, não é, pois, senão uma tradução normal na prática dos princípios que orientam a sua luta.

Nem necessário seria abordar esta questão, pois ela está implícita nas re-gras leninistas da actividade política, se não fosse o ambiente de histeria e dela-ção que actualmente se verifica em alguns sectores revisionistas. O órgão central do PCP, o "Avante", não hesitou, no mês de Dezembro passado, em denunciar os nomes de dois militantes clandestinos, dando assim aos seus aderentes um triste exemplo de in-capacidade política.

Hoje, atemorizados com a onda de indignação que a sua atitude despertou, tan-to dentro como fora do PCP, os responsáveis revisionistas procuram inventar uma jus-tificação afirmando que o Comité Central não está de acordo com a notícia do "Avante" e que ela foi publicada sem o seu conhecimento. Isto é uma mentira completa. Já em Outubro, dois meses antes da notícia ser publicada, um elemento responsável do Par-tido contactava pessoalmente um dos militantes denunciados, ameaçando-o de que ia di-vulgar a sua identidade. Trata-se pois duma medida bem meditada e ponderada e o que os responsáveis revisionistas procuram fazer hoje é ilibar-se de culpas. Uma única a-titude decente ainda resta aos dirigentes revisionistas: fazer no "Avante" a sua au-toocrítica por este acto inqualificável; só deste modo provariam aos comunistas portu-gueses a sinceridade das suas "desculpas"; mas estamos certos de que não o farão.

Aliás, esta atitude foi a consequência lógica das pequenas e grandes provoca-ções que se vinham a suceder e do clima fanático que a direcção revisionista tenta criar contra os marxistas-leninistas. É ou não verdade que em documentos do PCP dis-tribuídos entre os militantes, foi afirmado que o camarada Campos, membro da Comis-são Executiva do Comité Central, foi expulso por ser "ladrao"? É ou não verdade que nesses mesmos documentos se afirmava que diversos membros expulsos acabariam por se colocar ao serviço da Pide? É ou não verdade que, desde "grupelho provocatório" até "provocadores da Pide", tudo tem sido atirado contra os marxistas-leninistas portu-gueses?

Este clima de histeria tem evidentemente conseguido alguns resultados: assim, alguns revisionistas assinalam e propagam os nomes dos militantes ou simpatizantes da FAP, diante de quem quer que seja; quem conhece a larga infiltração da Pide em to-dos os sectores da vida portuguesa, compenetrar-se de que estas atitudes equivalem a denúncias.

Diante de todas estas campanhas históricas, qual deve ser a posição dos mar-xistas-leninistas? Eles devem encarar os militantes do PCP, não como inimigos ou "pro-vocadores", mas como combatentes anti-fascistas em relação aos quais se devem ter po-sições de esclarecimento, efectuando uma crítica ideológica implacável, uma discussão acesa em torno das questões vitais, e não confundindo a maioria dos militantes do Par-tido, que procuram actualmente formar uma opinião sobre o debate em curso, com certos quadros mais responsáveis, comprometidos totalmente no revisionismo. Hoje existem mui-tos comunistas para os quais a falta de escrúpulos dos dirigentes revisionistas foi u-ma ajuda inestimável: as acções destes permitiram-lhes compreender que por detrás da fraseologia revolucionária, se encontram pessoas para as quais o marxismo-leninismo já pouco ou nada significa.

A FRENTE ANTI-FASCISTA

A sociedade portuguesa aproxima-se dum ponto de ruptura. A fustigação perma-nente da guerra colonial corrói lenta mas seguramente pela primeira vez na nossa his-tória um dos pilares mais poderosos do capitalismo português: a burguesia colonial la-tifundiária e industrial. O desenvolvimento capitalista nos campos obriga centenas de milhares de camponeses pobres a procurarem as cinturas industriais das duas ou três grandes cidades; a inflação, embora ainda dentro de limites controláveis pelo regime, provoca uma erosão constante na capacidade de compra das camadas populares; uma longa experiência política de utilização exaustiva de processos de luta legais e ilegais, en-

sinou às massas que o poder fascista só pode ser aniquilado pelo desencadeamento da violência armada.

Estes são alguns dos múltiplos aspectos da actual luta de classes no nosso país, que nos levam a afirmar que a sociedade portuguesa atravessa hoje um dos momentos históricos cruciais em que a classe exploradora, tendo a noção da insegurança da sua posição, procura desesperadamente uma maneira de a consolidar mediante um novo ajustamento do aparelho político, para se preparar para um novo período de exploração. São momentos históricos que antecedem, ou uma alteração radical das relações de produção, ou uma readaptação da classe exploradora. Este é um período em que as forças populares devem revelar uma maior audácia no ataque ao regime, procurando não lhe dar tempo a readaptar-se, a segregar novos dirigentes políticos (um salazarismo sem Salazar) e a criar novas estruturas.

Os marxistas-leninistas sabem que por detrás do aparente torpor das massas há uma acumulação de energia e combatividade que se desencadeia violentamente nos momentos de crise. O empobrecimento contínuo da classe operária e a ruína dos camponeses nos últimos anos, a agitação dos estudantes que toma formas muito politizadas, indicam que deve ser feito um sério esforço para elevar a combatividade e consciência destas, não perdendo de vista que hoje em Portugal o grande elemento dinamizador é a luta violenta, que só ela arrastará e galvanizará as grandes massas trabalhadoras; por isso, onde quer que se possam desenvolver movimentos de massas, entre os operários, os camponeses ou os estudantes, é necessário trabalhar pela aplicação de formas violentas de luta. Só deste modo as acções de massas não se irão amortecendo em face da repressão, mas terão um prolongamento na luta superior que por sua vez atrairá novas camadas à consciência de classe e ao combate anti-fascista.

O exército popular, cuja formação é condição indispensável para destruir o aparelho de Estado fascista, não surgirá num dia hipotético do "levantamento nacional" mas só poderá ser constituído a partir das lutas parciais lançadas por grupos armados revolucionários. Essa exigência deve ter-se bem presente, ao organizar quaisquer movimentos de massas.

● Comitês sindicais clandestinos

Durante muitos anos e até hoje, o PCP tem mantido a luta económica dos trabalhadores amarrada a formas de organização legais (comissões de unidade, comissões sindicais, concorrência às "eleições" nos sindicatos fascistas); a experiência mostrou já que as "grandes vitórias" prometidas pelos dirigentes revisionistas não surgem e que a mobilização das massas trabalhadoras através destas formas de organização tende a reduzir-se de ano para ano, à medida que se aperfeiçoa o aparelho repressivo fascista.

Por isso, nós defendemos que só Comitês sindicais clandestinos estão actualmente em condições de organizar a luta económica, permitindo-lhe tomar a forma de greves, concentrações, etc, e de se libertar do carácter puramente "economista" que tem tido a tomar, encaminhando-se no sentido da luta política superior. Aliás, diversos exemplos já se verificaram sob pressão dos trabalhadores (como a luta da Carris em 1962) e os marxistas-leninistas devem apoiar-se neles para contrariarem o legalismo dos dirigentes revisionistas, que continuam a apelar imperturbavelmente para a "conquista das direcções sindicais", e para lançarem audaciosamente os comitês sindicais clandestinos nas fábricas. É claro que se eventualmente existirem possibilidades de organização legal, elas devem ser aproveitadas, desde que não se pretenda fazer delas a base da luta económica; só os comitês clandestinos podem tomar verdadeira iniciativa e assegurar o êxito das acções reivindicativas.

● Movimento revolucionário dos estudantes

Este ano, os estudantes, no prosseguimento duma luta pela liberdade associativa, que se prolonga há já alguns anos e apesar duma repressão cada vez mais dura, avançaram mais uma etapa em relação às acções precedentes: as palavras de ordem eram incomparavelmente mais politizadas e a greve decretada tinha um intuito directamente político, como protesto contra a prisão de dirigentes associativos acusados de comunistas.

Este progresso do movimento estudantil torna claro que as Associações Académicas não podem tomar a direcção do movimento nas formas superiores que está assumindo e que é urgente criar uma organização política, ilegal, que possa ir além do âmbito puramente sindical. É preciso mostrar aos estudantes anti-fascistas que a sua tendência para se apoiarem exclusivamente sobre as Associações legais compromete a existência destas e impede o desenvolvimento das formas de luta. Chegou a altura em que a experiência permite demonstrar que o movimento estudantil não pode ser contido no nível sindical, é uma parte integrante da luta revolucionária anti-fascista do povo e precisa de ser conduzido por uma organização clandestina exterior às Associações; o vazio provocado pelo desaparecimento do MUD Juvenil deve ser preenchido por um movimento revolucionário juvenil, que não repita o erro daquele, ao pretender conservar-se legal apesar da repressão fascista. Os estudantes marxistas-leninistas devem ser os impulsionadores deste movimento revolucionário clandestino e erguê-lo nas escolas, contra todas as dificuldades.

● O movimento político em torno das "eleições"

As "eleições" presidenciais e de deputados que vão ter lugar nos próximos meses podem dar lugar a uma conjuntura política muito favorável que não deve ser desprezada pelos marxistas-leninistas.

Sem dúvida, estes novos períodos "eleitorais" não passam duma farsa montada pelo governo, sem qualquer sombra de legalidade, e que no caso das "eleições" presidenciais de Junho ultrapassa em cinismo tudo o que até agora se fez em Portugal. Por isso, a primeira idêia a tornar clara junto das massas populares é que não deve alimentar-se a mais pequena ilusão quanto à seriedade ou aos resultados das "eleições". Tendo sido obrigado em 1945-49 a recorrer a estes períodos "eleitorais" como forma de abrandar a pressão do movimento popular e de dar uma aparência constitucional ao seu poder, o governo soube até hoje tirar o maior proveito deles, mantendo-os como uma válvula de segurança e um acto de propaganda externa.

E se a ditadura pode ainda hoje utilizar este recurso é porque o movimento popular não ganhou a envergadura suficiente para o inutilizar. Durante os últimos vinte anos, os chefes liberais, seguidos mais ou menos abertamente pelos revisionistas, têm vindo a propagar toda a espécie de ilusões pacifistas e constitucionais entre o povo, enredando-o na manobra "eleitoral" do governo. É preciso fazer um sério esforço para pôr termo a esta situação o mais breve possível, obrigar o governo a abandonar esta defesa.

As importantes acções nas "eleições" de 1958 e 1961 mostraram que o povo tem tirado lições da experiência, não é já dominado pelo reformismo e que começa a colocar os períodos "eleitorais" no único terreno em que eles devem ser aceites: como períodos de agitação e protesto contra a tirania fascista, de grandes manifestações, de luta superior. Assim, as próximas "eleições" colocam ao movimento popular, não tarefas legais, em torno das candidaturas, da propaganda eleitoral, da contagem de votos,

que a experiência já mostrou serem ilusórias enquanto dominar a ditadura fascista, mas tarefas ilegais. desde a agitação, as concentrações, a greve política, até a formas superiores, como os choques com a polícia e as acções armadas parciais.

Preparar os próximos períodos "eleitorais" significa pois para os marxistas-leninistas combater desde agora toda e qualquer ilusão constitucional entre os trabalhadores, combater igualmente o desinteresse e apatia que por vezes se manifestam, e canalizar o descontentamento popular para um forte movimento político anti-fascista, com recurso a todas as formas de acção, pacíficas ou violentas.

Neste sentido, torna-se necessário criticar claramente desde agora as posições dos agrupamentos burgueses de oposição e dos revisionistas; em graus diferentes e por formas diversas, todos eles vêm nas "eleições" uma oportunidade para arrancar concessões ao governo e não para conduzir os trabalhadores e todo o povo a uma acção revolucionária superior. A posição desses agrupamentos, desde os fascistas descontentes, passando pelos liberais e católicos de oposição, até aos revisionistas, forma os elos duma mesma cadeia que tende a modernizar e liberalizar o governo burguês e que exclui dos seus objectivos a instauração dum governo popular por via revolucionária. Os marxistas-leninistas devem saber demonstrar passo a passo, à medida que a situação política se desenvolver nos próximos meses, que a sua linha é a única que convém às massas populares. Só nesta condição será possível desenvolver nos próximos meses importantes acções de massas contra o fascismo.

PUBLICAÇÕES DO P.C. da China EM LINGUA PORTUGUESA

- De onde procedem as divergências?
- Comentário sobre a Declaração do Partido Comunista dos E.U.A.
- Unamo-nos com base nas duas declarações de Moscovo
- Leninismo e revisionismo contemporâneo
- As divergências entre o camarada Togliatti e nós
- Proletários de todos os países, unamo-nos para lutar contra o nosso inimigo comum
- Espelho dos revisionistas
- Proposta sobre a linha geral do movimento comunista
- Origem e evolução das divergências entre a direcção do PCUS e nós (I)
- Sobre o problema de Stáline (II)
- É a Jugoslávia um país socialista? (III)
- Apologistas do neocolonialismo (IV)
- Duas linhas diferentes no problema da guerra e da paz (V)
- Coexistência pacífica - duas políticas diametralmente opostas (VI)

ESTUDO DO MARXISMO

(Textos marxistas-leninistas editados pelo Comité Marxista-Leninista Português)

Cadernos publicados:

- 1 - Lénine sobre a insurreição
- 2 - Lénine sobre a revolução socialista
- 3 - Lénine sobre a passagem pacífica ao socialismo
- 4 - "O exército popular e a revolução no Vietnam", pelo general Giap
- 5 - "Paz ou violência?" traduzido da revista "Estudos" do Partido dos trabalhadores do Vietnam
- 6 - Notas sobre o movimento revolucionário dos estudantes chineses
- 7 - Quem dirige o movimento revolucionário?
- 8 - "A guerra de guerrilhas", de Lénine
- 9 - "A revolução permanente", textos do Partido Comunista da China



LUTA DE CLASSES OU "UNIDADE DE TODOS OS PORTUGUESES HONRADOS" ?

► Primeiro artigo de crítica a "Rumo a Vitória"

Há cerca de um ano, Álvaro Cunhal apresentava perante uma reunião do Comité Central do P.C.P. o seu informe "Rumo à Vitória", longo trabalho que, meses mais tarde, foi editado em volume e largamente distribuído.

Já não é a primeira vez que Cunhal expõe sistematicamente as suas concepções sobre a revolução portuguesa, mas o que faz o grande interesse deste informe é que, ao contrário dos anteriores, ele se destina a defender a linha do "levantamento nacional" contra as acusações de direitoismo.

De facto, durante muitos anos, Álvaro Cunhal pôde fazer passar as suas ideias como um esforço sincero de aplicação do marxismo-leninismo às condições nacionais por que só defrontava uma oposição organizada à sua direita; foi assim que em 1946 ele ex pôs pela primeira vez sistematicamente a linha da Unidade, por oposição à "política de transição" então defendida pela corrente liquidadora de Júlio Fogaça, Pedro Soares João Rodrigues e outros, e mais tarde, em 1961, formulou desenvolvidamente a linha do "levantamento nacional" para rebater a "solução pacífica" inventada pelos ultra-direitistas que então dominavam o Partido, novamente sob a direcção de Fogaça, Pedro Soares e outros.

Ora, hoje, pela primeira vez, Cunhal luta publicamente e sem reservas, não contra a direita mas contra a esquerda e, proclamando o "dogmatismo" e o "esquerdismo" como o perigo principal no movimento revolucionário português, é forçado a revelar com mais clareza os seus pontos de vista reformistas e oportunistas.

As suas ilusões na Unidade com a burguesia liberal, o seu afastamento dos interesses profundos das massas trabalhadoras da cidade e do campo, a sua omissão do objectivo da conquista do poder político pelo proletariado, são os mesmos de há 20 anos; mas o que é novo é a clareza com que se manifesta a sua oposição à insurreição popular anti-fascista, à hegemonia do proletariado e à instauração dum poder popular democrático, à revolução em Portugal. O oportunismo de Cunhal perde a sua espontaneidade inicial e transforma-se rapidamente num fenómeno elaborado, consciente, amadurecido. É isso que faz a grande importância de "Rumo à Vitória" e marca a entrada do reformismo de Cunhal no seu declínio.

Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que este processo de decomposição do oportunismo se acelere, pois é essa uma condição para o triunfo do movimento revolucionário em Portugal. Sabemos que esta atitude atrairá sobre nós as maldições de todos os que temem mais a "desunidade" do que o oportunismo, mas não nos impressiona essa reacção. Lénine estigmatizou já no seu tempo aqueles que "com frases melífluas acerca dos benefícios da "unidade" do proletariado (...) esquecem o facto histórico da acumulação do oportunismo no movimento operário" e mostrou que "se não se prepara muito a sério e em todos os aspectos a parte revolucionária do proletariado para expulsar das suas fileiras e derrotar o oportunismo, é absurdo pensar na ditadura do proletariado". ("As eleições para a Assembleia Constituinte e a ditadura do proletariado", 1919).

O presente artigo (surgido com grande atraso, dadas as nossas dificuldades) é o primeiro duma série dedicada a criticar as teses reformistas de Cunhal. Nele abordamos os aspectos principais da luta de classes actual, para, em artigos posteriores, podermos discutir os objectivos e etapas da revolução, a questão das alianças, a questão do poder e as formas de luta do movimento popular anti-fascista.

1 - O proletariado tem ou não direito a elaborar a sua própria linha de classe ?

A base tradicional do oportunismo no movimento revolucionário português tem sido a negação dos interesses próprios do proletariado e, sob o pretexto das tarefas imediatas e comuns, a fusão dos seus interesses com os da burguesia radical e o abandono dos seus objectivos estratégicos; com este procedimento, o oportunismo esvasia as reivindicações da classe operária do seu potencial revolucionário e transforma-as em inofensivas reivindicações "democráticas" e "nacionais" de "todo o povo", dando o proletariado ao serviço desta ou daquela fracção da burguesia.

Justamente o que faz de Álvaro Cunhal um dos mais brilhantes discípulos da escola oportunista portuguesa, que vem desde os socialistas do século XIX, é a perfeição a que ele soube elevar esta arte de confundir os interesses do proletariado com os da burguesia radical; tomando como pretexto a urgência das tarefas políticas imediatas e o interesse nacional no derrubamento da ditadura fascista, Álvaro Cunhal instalou no lugar da análise marxista da luta das classes e da definição dos interesses próprios do proletariado, a linha da Unidade Nacional que lhe serviu de cobertura à gradual subordinação dos interesses do proletariado aos da burguesia.

Durante duas décadas, a linha do P.C.P. passou a apoiar-se apenas no princípio da Unidade de todos os portugueses honrados contra Salazar, sob o argumento de que essa é a forma de apressar o derrubamento da ditadura fascista e a condição para futuros avanços do movimento popular. Foi possível assim mergulhar o Partido num praticismo acanhado e esterilizante, que está bem documentado nos informes e outros materiais da direcção do Partido (1) e que permitiu o crescimento sem obstáculo de todas as tendências oportunistas de direita e de "esquerda".

Deste modo, os operários que, após uma árdua experiência da luta de classes sob a monarquia e a República, tinham chegado pelos anos '30 e '40 à criação do seu Partido Comunista como destacamento organizado de combate contra o capitalismo, viram-se defraudados da sua conquista; classificando sobranceiramente como "obreirismo" e "se-

(1) Ver, por exemplo, os informes de Álvaro Cunhal ao 2º Congresso Ilegal do Partido, em 1946, e às reuniões do C.C. de Outubro de 1946 e Junho de 1947, o informe de Amílcar à 6ª Reunião ampliada do Comité Central (1955), o Projecto de Programa do Partido (1954) e o Programa aprovado no 3º Congresso Ilegal (1957), o informe político de Fogaça ao mesmo congresso, a declaração do Comité Central "A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política" (1961) etc. A ausência quase total de referências de classe nestes documentos, assim como na imprensa do Partido, fazem da linha do P.C.P. um caso único no movimento comunista internacional durante os últimos vinte anos.

tarismo" a resistência dos militantes que tentavam defender o carácter e os objectivos revolucionários de classe do Partido, Álvaro Cunhal e os seus colaboradores trataram de apagar na consciência das massas oprimidas o ódio à burguesia, o espírito de vigilância de classe perante todos os exploradores, as aspirações profundas à revolução proletária, ao socialismo e ao comunismo, contrapondo ao espírito de classe a sua sacrossanta Unidade Nacional, e fazendo do P.C.P. um partido radical da classe operária.

Mas os anos foram passando; e a experiência prática começou a revelar que a linha da Unidade, em vez de apressar a queda da ditadura, como prometia Cunhal, só servia para lhe prolongar a vida. Vindo a encontrar-se repetidamente sob a direcção da burguesia radical, vendo os seus chefes dominados pelo espírito de colaboração de classe, pelo pacifismo, pelo legalismo, os operários revolucionários começaram a descrever das virtudes da Unidade e a procurar confusamente uma outra orientação.

As insurreições coloniais e o movimento popular de 1961-62 foram uma grande escola para os comunistas e todos os trabalhadores, cuja consciência foi abalada pela revelação da sua força, dos seus objectivos, dos seus verdadeiros aliados. Depois de 1961-62, perspectivas novas começaram a rasgar-se no movimento operário. Camadas cada vez mais largas de operários revolucionários começaram a compreender que é a Unidade que vem castrando a luta anti-fascista e que essa luta, longe de exigir a limitação das suas reivindicações de classe, só através delas pode ser tornada fecunda. Por sua vez, muitos militantes comunistas começaram a compreender que o Partido não pode guiar o proletariado nas suas tarefas imediatas se não estudar seriamente a luta de classes que se trava na nossa sociedade, se não demarcar os interesses do proletariado em relação aos de todas as outras classes, se não determinar os objectivos e as etapas da revolução.

Confrontado por uma onda de críticas nos últimos anos, que se tornou tempestuosa quando da edição do documento ultra-oportunista "Perspectivas da luta nacional", 1962 Cunhal apercebeu-se de que não é possível continuar a fazer aceitar pelo Partido a sua concepção dum "oposicionismo" alheio à luta de classes, e procura com este informe salvar a sua linha, usando abundantemente duma terminologia marxista e referindo certas contradições de classe em apoio da sua tese da "revolução democrática e nacional".

À primeira leitura, o informe consegue de facto iludir os militantes que não estavam habituados a esta profusão de referências às classes, às etapas da revolução e às alianças. Mas se o estudarmos, reconhecemos por detrás do fraseado "revolucionário" o velho oportunismo e apercebemo-nos de que esta pomposa "linha política e táctica do Partido na actual etapa da revolução" não é mais do que uma reedição envernizada da velha linha da Unidade.

Em "Rumo à Vitória", Álvaro Cunhal não parte duma análise marxista à luta de classes em Portugal para daí deduzir a linha do Partido. Ele faz o contrário: parte duma linha política previamente estabelecida de forma empírica, a linha da Unidade Nacional (hoje disfarçada sob o nome de "revolução democrática e nacional") e procura justificá-la com uma análise deformada da luta de classes.

É correcto sem dúvida concentrar o fogo da crítica sobre a grande burguesia monopolista e os latifundiários, que são a fracção principal da burguesia nacional e o inimigo principal do proletariado e do povo na presente etapa; é justo documentar com números, como se faz no informe, o papel das sociedades anónimas e dos grupos financeiros, a concentração latifundiária e a penetração imperialista na economia nacional. Mas, ao pretender que a situação actual existe "apenas porque uma dúzia de grupos monopolistas, algumas centenas de latifundiários e o imperialismo estrangeiro" exploram e oprimem o país (pág. 8, sublinhado nosso), ao passar por alto a força e os interes

ses das outras camadas da burguesia urbana e rural, ao esbater o papel do camponês-trabalhador e dos povos coloniais na luta de classes em curso, Cunhal acaba por ocultar a natureza da sociedade capitalista em Portugal, a multiplicidade das contradições que o proletariado enfrenta, e obscurecer os interesses próprios do proletariado, que não são comuns a nenhuma outra classe.

Desta forma, apagando as diferenças e contradições existentes entre as diversas classes dominadas pelos monopólios, pelos latifundiários e pelo imperialismo estrangeiro, Cunhal dissolve os interesses do proletariado no conjunto das forças anti-fascistas, não põe a claro que há duas linhas opostas na luta anti-fascista—a linha revolucionária do proletariado e a linha reformista da burguesia liberal—e apaga a necessidade de o proletariado tomar a direcção da luta e conquistar o poder político, como única forma de esmagar definitivamente a grande burguesia e os latifundiários e expulsar o imperialismo.

No momento em que a burguesia portuguesa procura afanosamente uma via para a modernização das instituições, para o reforçamento da sua ditadura, Cunhal presta-lhe uma ajuda inestimável com a redução de todas as contradições de classe à contradição que opõe "um punhado de monopolistas (apoiados no imperialismo estrangeiro) e de latifundiários à massa da população"; é uma forma subtil de, sob a capa de crítica à grande burguesia, abandonar a crítica ao capitalismo português e escamotear os interesses próprios do proletariado e as suas tarefas revolucionárias na actual situação.

A missão a que Cunhal se dedica ao longo deste informe é, em resumo, ocultar (como de resto sempre fez) que em Portugal existe uma contradição de classe principal e decisiva, a contradição entre o proletariado e a burguesia, e que a tarefa do Partido Comunista é agir revolucionariamente para resolver esta contradição, e substituir a ditadura burguesa pela ditadura proletária, o capitalismo pelo socialismo.

Todas as etapas que a revolução portuguesa tem a atravessar, a começar pela etapa actual do derrubamento da ditadura de Salazar, só podem ser vitoriosamente ultrapassadas se forem enquadradas na perspectiva desta grande luta de classes entre proletariado e burguesia que forma a sociedade portuguesa actual. Ocultá-lo é ocultar ao proletariado os seus interesses, é desviá-lo das suas tarefas, é ajudar a burguesia a prolongar a sua ditadura sob novas formas. É isso que Cunhal faz. É isso que nos leva a afirmar que "Rumo à vitória" consagra Álvaro Cunhal como um dos mais destacados reformistas portugueses de todos os tempos, como um defensor dos interesses da burguesia no saio do proletariado.

2 - Acerca da exploração capitalista e dos interesses fundamentais da classe operária

Como bom oportunista, Cunhal debruça-se compassivamente sobre os sofrimentos dos trabalhadores, exprime a sua "profunda indignação" pelos abusos de que são vítimas e expõe, a concluir (pág. 56), um aliciante programa de reivindicações para melhorar a sua situação, onde não são esquecidos os seguros sociais e as férias pagas.

É indubitável que isto demonstra os bons sentimentos de Álvaro Cunhal mas, mesmo correndo o risco de sermos fulminados mais uma vez como "gente que não vive nem sofre na carne a exploração patronal, gente indiferente e insensível à situação dos trabalhadores portugueses", afirmamos que tudo isto é muito secundário e não tem nada a ver com os interesses fundamentais da classe operária. O essencial para o proletariado é tomar consciência da sua existência como classe, da sua força real, dos seus objectivos, e demarcar os seus interesses em relação aos de todas as outras classes, e adoptar uma posição irreconciliável para com a burguesia, no plano nacional como no internacional.

Por aqui deveria começar Cunhal, e não pela promessa de seguros sociais, se tives

se qualquer intenção de conduzir o Partido numa via revolucionária. Mas a leitura do informe (referimo-nos aqui particularmente ao capítulo 4 que toca mais de perto este problema) mostra como, obrigado pela pressão do Partido a falar em classes, em exploração e em mais-valia, ele se manteve no quadro "oposicionista" e escamoteia a realidade da luta de classes, que poria em causa os seus dogmas da Salvação pela Unidade.

A leitura dessas páginas não pode deixar de sugerir algumas perguntas: afinal, existe em Portugal um verdadeiro regime capitalista, colocando frente a frente uma burguesia e um proletariado autênticos, ou somos nós um país semi-feudal, "subdesenvolvido" (pág. 9), entregue nas mãos duma demoníaca "meia dúzia" de "grandes senhores ávidos de dinheiro" (pág. 25)? É a exploração capitalista apenas obra dos "homens dos monopólios", dos "senhores do capital", dos "fascistas", como se nos inculca repetidamente (págs. 43-56), ou é ela praticada por uma classe bem determinada, pela burguesia nacional—grande, média e pequena? A intensificação dos ritmos de trabalho, a produtividade, a utilização dos fundos da previdência, o desemprego—são invenções do salazarismo ou são simplesmente procedimentos normais, correntes do regime capitalista, que a burguesia portuguesa aperfeiçoa por meio do governo fascista? E as "classes laboriosas", cujas "tragédias e lágrimas" Cunhal celebra, têm elas alguma possibilidade de se lançar à tarefa de liquidar a exploração capitalista, à conquista do poder ou são um rebanho de escravos, forçados a esperar a salvação do alto?

Eis algumas perguntas a que tentaremos responder; e uma vez que Cunhal recorre abundantemente aos números para dar autoridade às suas teses, citaremos também alguns que embora muito gerais, têm o mérito de pôr a claro a natureza capitalista da sociedade portuguesa e a contradição entre burguesia e proletariado.

Portugal é um país onde as relações capitalistas predominam de forma absoluta. Em 1960, três quartos da população activa eram constituídos por trabalhadores assalariados (operários, jornaleiros, criadas, empregados) e os "independentes" (camponeses, soldados, vendedores, artesãos) estavam reduzidos a 19%, enquanto a burguesia (grande, média e pequena, urbana e rural) era representada pelos restantes 6%. Isto mostra uma profunda transformação social em relação a 1940, quando a população assalariada era apenas metade da população activa; nos últimos 25 anos, Portugal perdeu os seus últimos traços semi-feudais e tornou-se um país capitalista perfeitamente caracterizado: a compra e venda da força de trabalho predominam por toda a parte, no campo e na cidade, como relações de produção fundamentais. Portugal: país capitalista e não país "subdesenvolvido" precapitalista —eis aí a primeira constatação importante que Cunhal esconde no seu informe.

A principal consequência desta extensão das relações capitalistas foi o aparecimento, pela primeira vez na nossa história, duma poderosa classe de proletários, inteiramente desprovidos de meios de produção e obrigados, para viver, a vender a sua força de trabalho no mercado. Os operários da indústria, construção e transportes, que em 1940 não iam além de meio milhão, tinham atingido em 1950 os 750 mil e em 1960 já ultrapassavam um milhão; segundo os números oficiais dos recenseamentos. Esta expansão da classe operária para o dobro transformou radicalmente o panorama das classes e da luta de classes no país. E, se acrescentarmos ao proletariado industrial em ascensão rápida, o meio milhão de operários agrícolas (2) que apesar da redução dos últi-

(2) Referimo-nos aqui apenas aos proletários rurais, inteiramente desprovidos de terra, e não aos "assalariados" da Estatística; adiante tratamos desta questão, que Cunhal também deforma.

nos dez anos, formam um contingente invulgar do campesinato, encontraremos um exército de milhão e meio de proletários, o que significa que em Portugal, de cada cinco famílias, duas são operárias. O proletariado é, de longe, a maior classe nacional—eis a segunda constatação importante que Cunhal omite.

Mas formará este numeroso proletariado uma verdadeira classe operária? Não será verdade que os operários portugueses trabalham dispersos por milhares de oficinas artesanais? Segundo o Inquérito Industrial de 1957-59, 470 mil operários, do total de 700 mil abrangidos no Inquérito, trabalhavam em fábricas (mais de vinte operários cada) e, destes, 330 mil, trabalhavam em fábricas médias e grandes, de mais de 100 operários cada. Se entrarmos em conta com o pessoal dos transportes e comunicações, verificamos que cerca de meio milhão de operários estão concentrados em mil fábricas e em presas médias e grandes. Assim, o proletariado português é predominantemente fabril e não artesanal—e é esta a terceira constatação que Cunhal omite.

Dar-se-á, porém, o caso deste importante proletariado fabril estar disperso por todo o país, perdido em regiões camponesas? Não; mais de meio milhão de operários, do total de um milhão, estão concentrados nas regiões industriais de Lisboa e Porto, a região de Lisboa conta com 270 mil operários concentrados num raio de 15 quilómetros, à volta do estuário do Tejo, 120 mil dos quais trabalham em 350 grandes fábricas e empresas; a região do Porto conta com 260 mil operários numa faixa ao longo do distrito de Aveiro, Porto e Braga, dos quais 130 mil trabalham em 360 grandes fábricas; portanto, o proletariado português tem uma elevada concentração regional, formando uma forte cintura operária à volta dos dois principais centros populacionais do país—quarta constatação que não se encontra no informe de Cunhal.

Isto no que respeita ao proletariado. Passemos agora à burguesia. Segundo o recenseamento, existiam em 1960 cerca de 200 mil patrões activos—industriais, comerciantes e camponeses—vivendo da exploração do trabalho assalariado; além destes 200 mil capitalistas pequenos ou médios, incluídos na população com profissão, o recenseamento regista ainda 90 mil "proprietários" ou seja, pessoas sem profissão e vivendo dos rendimentos (de terras, de fábricas, prédios, comércio, títulos, etc.). E esta avaliação aproxima-se mais da realidade se entrarmos em linha de conta com as camadas mais estreitamente se entrelaçam com a burguesia, como são os dirigentes de empresas, os elementos dos quadros administrativos superiores, os técnicos, etc., que o recenseamento indica serem 140 mil. Assim concluímos que a burguesia portuguesa não é um mito nem se reduz a um punhado de tubarões, mas é uma classe bem definida que engloba cerca de 6% da população, vivendo à custa do trabalho dos operários, camponeses e dos povos das colónias—quinta constatação que falta no informe de Cunhal.

Deixando agora de parte a burguesia rural a que nos referiremos adiante, um indicativo a que se pode recorrer para avaliar a estrutura desta classe burguesa, é o número de sociedades, seu pessoal e capitais, fornecido pela "Estatística das Sociedades". Encontraremos (1961) em primeiro lugar 200 a 300 sociedades anónimas que detêm mais de três quartos do capital nominal total empregam centenas de milhares de trabalhadores, formando no essencial a propriedade da grande burguesia; em segundo lugar, há cerca de cinco mil sociedades médias, reunindo um capital de 4,5 milhões de contos e empregando algumas centenas de milhares de trabalhadores, que se pode admitir serem no essencial propriedade da média burguesia; e finalmente, 22 mil sociedades, sobretudo sociedades comerciais de quotas, com uma pequena massa de capitais e um número reduzido de assalariados, que se pode considerar corresponderem de forma geral à propriedade da pequena burguesia.

Vejamos agora um sector específico, a burguesia industrial. Segundo o Inquérito Industrial de 1957-59, o número de estabelecimentos industriais do Continente elevava-se naquela data a 72 mil; se excluirmos deste número as 40 mil oficinas com menos de 3 operários, que têm um carácter puramente artesanal, encontraremos: em primeiro lugar

27 mil oficinas e pequenas fábricas (pessoal inferior a 20 trabalhadores) onde se empregavam 168 mil trabalhadores; depois, perto de quatro mil fábricas pequenas e médias (pessoal de 20 a 100 operários) onde se empregavam 145 mil trabalhadores; finalmente, mil fábricas médias e grandes (pessoal superior a 100), onde se empregavam 33 mil trabalhadores. Aqui também está reflectida, embora grosseiramente, a estratificação das camadas da pequena, média e grande burguesia e a proporção geral das suas forças. É assim chegamos à sexta constatação importante que Cunhal omitiu no seu informe: o proletariado defronta uma classe burguesa complexa, estratificada em camadas superiores, médias e inferiores, e precisa de adoptar uma posição táctica diferente em relação a cada uma destas camadas da classe exploradora.

Em conclusão: é falso pretender como fez Cunhal que a etapa actual da luta revolucionária do proletariado pode ser conduzida na base da unidade anti-fascista. A luta actual só pode ser conduzida vitoriosamente se o proletariado não perder de vista que, para além dos seus inimigos principais, tem também inimigos secundários e deve ainda contar com forças intermédias, com quem não se deve de forma alguma confundir e com os quais deve estar vigilante, se quiser assegurar a sua independência.

As alianças e acordos políticos contra o governo são importantes mas não podem servir de fundamento à política do Partido. O fundamental é que o proletariado português tome consciência dos seus interesses próprios e das suas capacidades revolucionárias, e de que defronta uma classe capitalista perfeitamente definida, a quem precisa de liquidar, etapa por etapa. É certo, mas segundo um processo revolucionário ininterrupto em que a iniciativa lhe deve pertencer permanentemente. Sem essa consciência jamais o proletariado entrará decididamente na via revolucionária e, por consequência, jamais haverá verdadeiro derrubamento do fascismo, mas apenas modernização, "liberalização" do fascismo.

3 - Uma burguesia arruinada e revolucionária...

Ao mesmo tempo que procura fazer esquecer a existência da burguesia não-monopolista quando se trata de revelar a exploração e a opressão a que o proletariado é submetido, Cunhal tenta por outro lado valorizar o pretenso revolucionarismo dessa burguesia e não hesita em declarar que, na actual etapa, tanto a pequena burguesia (urbana) como "certos sectores da média burguesia" (urbana) são forças revolucionárias (pág.33).

Sem cuidar por agora de comentar a originalidade desta "revolução", onde camadas capitalistas abastadas participam revolucionariamente na destruição do capitalismo (num próximo artigo analisaremos o verdadeiro sentido e objectivo de classe da "revolução democrática e nacional" inventada por Cunhal), vamos ver como o desejo frenético de atrair a burguesia não-monopolista, de dissipar os seus receios perante o proletariado, de a lisongear, leva Cunhal a deformar grosseiramente a situação, traçando ao longo de páginas e páginas um quadro catastrófico de ruína e liquidação da burguesia não-monopolista sucumbindo a ondas de falências e ao encerramento compulsivo das suas empresas.

No entusiasmo dessa tarefa "unitária", Cunhal chega mesmo a extremos lamentáveis, esquecendo todas as conveniências edando-nos o espectáculo inesperado dum chefe do partido revolucionário do proletariado (pelo menos é essa a sua função nominal) que chora o "esbulhamento" e o "risco" de que são "vítimas" os pequenos e médios capitalistas, e que, fremente de indignação perante o "abuso inqualificável" praticado pela grande burguesia exclama: "E que participação nos lucros dão eles aos pequenos e médios accionistas? Como mostram eles na prática a "democratização do capital"? Duma maneira simples e óbvias: por vezes atiram umas migalhas aos pequenos e médios accionistas; ou

tras vezes nem migalhas lhes dão; descaradamente, apropriam-se elas, os grandes, dos lucros obtidos". (pág. 24). Dequi até reclamar uma distribuição equitativa entre as várias camadas burguesas da mais-valia arrancada ao trabalho dos operários não vai grande distância... Na história do movimento operário português será difícil encontrar páginas mais espantosas do que essas que Cunhal dedica à defesa da "boa" burguesia; e las dizem tudo sobre uma linha.

Pois bem. Não duvidamos de que esta versão duma burguesia em ruína provoque uma simpatia calorosa por parte das camadas burguesas interessadas, correspondendo assim às intenções de Cunhal; mas ela não deixa de ser inexacta. Se quisermos traçar um quadro real e não idealizado da luta de classes, temos que verificar que a burguesia não-monopolista não está em vias de desaparecimento mas tem-se desenvolvido. Vamos novamente citar alguns números gerais.

A comparação entre os recenseamentos de 1950 e 1960 mostra que o número de patrões activos no comércio, indústria e serviços (isto é, membros sobretudo da pequena burguesia) subiu naquele período de 100 mil para 115 mil (Continente e Ilhas) e que esse crescimento foi mais marcado no sector industrial. A "Estatística das Sociedades", por seu lado, mostra que o número total de sociedades passou de 12 mil em 1940 para 21300 em 1950 e 27700 em 1960; só entre 1957 e 1961 surgiram 2400 novas sociedades e o seu capital passou de 16 para 22 milhões de contos. Por outro lado ainda, o "Relatório do Banco de Portugal", de 1963, regista que em quatro anos, de 1959 a 1963, os depósitos nos bancos e caixas económicas subiram de 36 para 52 milhões de contos; verificamos também aí que o valor das letras protestadas pelos bancos não toma a amplitude catastrófica sugerida por Cunhal e mantém-se (1960-62) entre os 5% e 6% do total das letras descontadas. Como é possível conciliar estes números com o quadro duma ruína geral e acelerada da burguesia não-monopolista? Não provam eles, pelo contrário, um crescimento geral da burguesia?

Cunhal afirma que "salvo em ramos novos da indústria, nos quais aumenta naturalmente o número de fábricas, é quase geral a diminuição do número de fábricas" (pág. 22). Mas esta forma de apresentar a situação assemelha-se muito a uma deturpação. Seria mais exacto dizer, pelo contrário, que, salvo alguns ramos é quase geral o aumento do número de fábricas. Desaparecem as oficinas artesanais e os moinhos; mas as fábricas aumentam. O aumento da força motriz instalada e do número de operários por fábrica, registado por Cunhal, indica não só a instalação de grandes unidades pertencentes à grande burguesia, mas também a substituição por toda a parte das oficinas artesanais, sem equipamento, por fábricas verdadeiras, pertencentes em muitos casos à média burguesia.

Entre 1950 e 1960, o número de sociedades nas indústrias transformadoras e nos transportes cresceu à cadência de 300 por ano; só no ano de 1953 surgiram 800 novas sociedades; daí para cá, embora o crescimento se atenua, não se interrompe, cifrando-se em 300 novas sociedades industriais entre 1957 e 1961. Pretenderá Cunhal com estes milhares de novas sociedades (quase exclusivamente sociedades por quotas) corresponderem à propriedade da grande burguesia?

Na realidade, a observação da indústria mostra que, à falência e encerramento de pequenas fábricas em certos ramos, contrapõe-se o lançamento de fábricas grandes e médias nesses mesmos ramos, o aparecimento de fábricas médias e pequenas noutros ramos e ainda o aparecimento de novos ramos industriais para onde se precipitam os pequenos e médios capitais. É isto a que vimos assistindo na nossa indústria desde o fim da guerra.

No comércio, este fenómeno é ainda mais marcado. A crise económica, ao marasmo e às falências em certos sectores do pequeno comércio atingido pelo monopolismo corresponde a expansão de outros. O crescimento acelerado da população urbana nos últimos 20 anos tem vindo a proporcionar uma base mais ampla para a pequena e média burguesia

vivendo do comércio, dos serviços e da construção, onde se assiste com frequência à ascensão rápida de pequenos patões à média burguesia. Nestes sectores, o número de sociedades duplicou entre 1941 e 1961 e só no período de 1957 a 1961 teve um aumento de mais de duas mil. É impossível encontrar outra interpretação para estes números que não seja o crescimento acentuado da burguesia comercial, e não o seu desaparecimento, como pretende Cunhal.

‘Chegamos, assim, a uma conclusão muito diferente da de Cunhal quanto à posição da burguesia não-monopolista. Se é certo que o fenómeno característico da nossa economia nos últimos vinte anos é o movimento geral de concentração capitalista, de formação de monopólios, de aparecimento de poderosos grupos financeiros ligados ao imperialismo estrangeiro; se é certo que a política económica do governo tem em vista, através dos organismos corporativos, do condicionamento e da "reorganização" controlar, expulsar e liquidar as camadas médias e inferiores da burguesia e acelerar o processo de concentração dos capitais - é errado, contudo, reduzir este fenómeno a um movimento simples de liquidação da burguesia não-monopolista e traçar o quadro duma sociedade em vias de monopolização total.

A burguesia não-monopolista não está em desaparecimento; pelo contrário, ela cresce em números absolutos. O que acontece na realidade é que o seu crescimento não acompanha o ritmo do crescimento das forças produtivas nacionais, o seu lugar no conjunto da economia é cada vez mais reduzido, a sua margem de iniciativa e autonomia diminui e ela tende a cair sob o controle da grande burguesia (por meio dos créditos, das participações no capital, dos fornecimentos, da repartição dos mercados). e a tornar-se por vezes um agente desta. É isto significa que, em vez de caminhar no sentido de se tornar cada vez mais uma força arruinada, aguerrida e revolucionária, como pretende Cunhal, a burguesia não-monopolista, e sobretudo a média burguesia e a parte mais abastada da pequena burguesia, tende a tornar-se cada vez mais instável, e a cair frequentemente sob a direcção deste ou daquele grupo monopolista ou imperialista.

Pretender conduzir o proletariado e o povo a uma luta de vida ou de morte contra a grande burguesia e o imperialismo, iludindo-o sobre a posição da burguesia não-monopolista, adormecendo a sua vigilância em relação a ela, alimentando ridículas ilusões sobre uma burguesia arruinada e revolucionária - é um verdadeiro crime porque é preparar uma derrota sangrenta para as massas populares que seriam traídas no primeiro momento de crise verdadeira por este "aliado revolucionário". Mas a tais extremos chega Cunhal na sua ânsia de conquistar as boas graças dos políticos liberais, a bem da Unidade.

4- Do lado da burguesia antisalazarista também não há unidade

Lançado na tarefa de traçar um quadro das classes onde reine a Universal Harmonia Anti-Fascista, Cunhal não se contenta em apagar as contradições que opõem o proletariado à burguesia não-monopolista e em mostrar esta como uma força irreconciliavelmente oposta aos monopólios; ele precisa também de ocultar a luta interna que divide as camadas da pequena e média burguesia. É com esse objectivo que todas as suas referências à natureza de classe da média burguesia, à sua posição própria na luta de classes, são singularmente discretas e evasivas, e que, ao longo de todo o informe, a média burguesia é geralmente identificada com a pequena e lhe são atribuídas posições radicais que não tem.

Torna-se, assim, necessário insistir em que não há só contradições e luta entre os sectores monopolistas e não-monopolistas da burguesia e entre estes e o proletariado - há também contradições e luta no seio da burguesia não-monopolista, entre a pequena e a média burguesia.

A pequena burguesia, os pequenos patrões que, duma forma geral, participam pessoalmente na produção e no comércio, formam a esmagadora maioria da classe capitalista, mas a massa dos seus capitais é diminuta, o equipamento das suas empresas e explorações agrícolas é quase nulo, o número de trabalhadores por eles explorado é reduzido, a parte da produção que lançam no mercado é insignificante.

A média burguesia, em contrapartida, formada por algumas dezenas de milhares de capitalistas médios (donos de fábricas, de empresas comerciais, prédios, terras, títulos), que em geral já não participam pessoalmente na actividade económica, possui capitais e meios de produção apreciáveis, explora centenas de milhares de operários, camponeses e empregados e lança uma boa parte da produção industrial e agrícola no mercado.

Entre estas duas camadas, e no interior de cada uma delas, trava-se uma luta permanente e encarniçada para a obtenção do lucro máximo; e a diferença de interesses e de posições que resultam do lugar ocupado por cada uma na concorrência é acentuada por certos factores típicos do capitalismo português.

Em primeiro lugar, as diferenças na exploração do proletariado. Como se sabe, a ditadura política em Portugal favorece todas as camadas da burguesia, grande média e pequena, na medida em que permite a todas arrancar forte suplemento de mais-valia ao proletariado, por meio dos sindicatos fascistas, da proibição da greve, pela repressão policial sobre as reivindicações económicas do proletariado. Ao vender a sua força de trabalho no mercado, o proletário não pode tirar nenhuma vantagem do jogo da oferta e da procura, como acontecia no regime da democracia burguesa, e é obrigado a vendê-la nas condições fixadas pela classe capitalista.

Mas este regime, que favorece toda a classe capitalista portuguesa e permite rápidas acumulações de capital, beneficia incomparavelmente mais os capitalistas médios, que exploram uma massa maior de operários e estão equipados para uma maior produtividade do que os pequenos capitalistas. O sistema português de exploração do proletariado dá pois uma vantagem suplementar à média burguesia na sua competição com a pequena e tende a distanciá-la uma da outra.

Em segundo lugar, as diferenças na exploração dos povos coloniais. A burguesia não-monopolista aproveita largamente, na esteira dos monopólios e do imperialismo, na pilhagem de matérias primas, do regime de trabalho forçado, do escoamento compulsivo de muitas mercadorias para o mercado colonial, da subjugação sangrenta de toda a resistência das populações. As roças e o comércio colonial têm sido tradicionalmente uma das fontes mais ricas de acumulação capitalista portuguesa, e muitos dos actuais grupos monopolistas e capitalistas médios formaram-se aí, (3)

Mas, enquanto a pequena burguesia tira sobretudo uma vantagem indirecta da exploração colonial, pelos reflexos que esta tem sobre a economia nacional, a média burguesia participa directamente na partilha dos superlucros coloniais, dispondo de posições vantajosas nas roças e fazendas, nas indústrias locais, no comércio interno e externo das colónias. Isto quer dizer que a exploração colonial acentua ainda mais o des-nível que separa a pequena da média burguesia.

Em terceiro lugar, as diferenças na competição económica. Na luta encarniçada que se trava permanentemente entre todos os sectores da burguesia nacional para garantirem matérias primas e força de trabalho a baixo preço, para conquistarem os mercados

(3) A questão da exploração da burguesia portuguesa sobre os povos coloniais pela sua grande importância para a compreensão do capitalismo português exige um estudo à parte; mostraremos noutra ocasião como Cunhal deforma a opressão da burguesia portuguesa sobre os povos coloniais, para fazer passar o seu esquema "unitário".

e obterem maiores taxas de lucro, há diferenças profundas não só entre os monopólios e a burguesia não-monopolista, como entre a média e a pequena burguesia, diferenças que são acentuadas pelo sistema dos organismos "corporativos".

A média burguesia, embora em posição muito inferior aos monopólios e aos latifundiários, consegue até certo ponto partilhar do controle dos organismos económicos (sobretudo grémios da lavoura e cooperativas agrícolas, muitos grémios comerciais, grémios industriais nos ramos onde a concentração está menos avançada), o que lhe permite assegurar-se de créditos, matérias primas a baixos preços, escoamento prioritário da produção, e por vezes participar como associado menor em certos grandes negócios de importação e exportação. A pequena burguesia, pelo contrário, não tendo em geral acesso à direcção dos organismos económicos, encontra-se muito inferiorizada na concorrência com as outras camadas da burguesia e vê reduzir-se continuamente as suas possibilidades de ascensão às camadas superiores.

Em quarto lugar, as diferenças perante o aparelho estatal burguês. Este aparelho, controlado em todos os aspectos decisivos pela grande burguesia financeira e latifundiária, é, contudo, partilhado de forma secundária pela média burguesia, que está instalada em muitos órgãos administrativos regionais e locais, no funcionalismo e funcionalidade superiores, na direcção do aparelho judicial e policial, nas comissões da União Nacional, etc. A pequena burguesia, como se sabe, só detém posições muito subalternas em certos órgãos de administração local, na oficialidade e funcionalismo inferiores, e isso limita as suas possibilidades de utilizar o aparelho de Estado no seu interesse. Além disso, em muitos casos, sobretudo nas regiões rurais, a posição dos pequenos comerciantes e industriais à frente de postos de administração local, comissões da União Nacional, da Legião, etc, resulta do interesse da grande e média burguesia em ganhar uma clientela entre os pequenos burgueses, que sirva de veículo à sua influência sobre as massas populares.

O que ressalta destas notas é a luta permanente, a concorrência implacável que se trava entre todos os capitalistas individuais e entre as camadas da pequena e da média burguesia, dominadas pelo jogo da acumulação capitalista; o proletariado deve investigar sistematicamente estas contradições, compreender as diferenças de posição que provocam entre umas e outras camadas, e procurar tirar partido delas, pô-las ao serviço da sua luta revolucionária. É isso que Cunhal não consegue compreender, dominado pela sua ânsia de esbater todas as contradições prejudiciais à sua utópica Unidade de pequeno burguês radical.

5- Como Cunhal inventa um abismo entre a "boa" e a "ma" burguesia

Neste complicado mecanismo "unitário" fabricado por Cunhal há ainda uma outra peça fundamental: a sua tese de um abismo intransponível a separar a "má" burguesia monopolista, traidora, parasitária, criminosa, da "boa" burguesia, não-monopolista, nacional, progressiva e mesmo revolucionária.

O estudo atento do informe mostra como o ataque cerrado que aí é feito à grande burguesia e que, à primeira vista, poderia ser confundido com uma crítica revolucionária, é, na realidade, guiado pela preocupação de desligar artificialmente a grande burguesia do conjunto da classe capitalista portuguesa, de velar o entrelaçamento, a passagem das umas a outras camadas burguesas, acabando por fazer da grande burguesia "um punhado de parasitas", completamente estranhos ao corpo da Nação, surgidos não se sabe onde, simples agentes do estrangeiro, e reabilitando portanto implicitamente a burguesia não-monopolista que não sofreria de nenhum destes vícios.

A função desta tese é, naturalmente, como as que temos vindo criticando, ajudar a tornar convincente a grande Utopia sonhada por Cunhal, duma sociedade onde, eliminados os monopólios e os latifundiários e expulsos os imperialistas, por meio duma acção

violenta ou mesmo pacífica(4) mas, de qualquer modo, sem abalos nem desordens. "sem qualquer perturbação séria no curso da produção e da vida económica e financeira do País" (pág. 27), uma burguesia progressista e um proletariado "sensato" coexistem pacificamente, partilham do poder estatal em boa harmonia (pág. 101) e caminham pacificamente da "democracia nacional" para a aurora radiosa do socialismo, segundo o lema cunhaliano "Unidade para hoje e para amanhã". Claro que uma tal perspectiva "exaltante" exige que se desvie desde agora o proletariado da luta pela hegemonia e pela conquista do poder, o que Cunhal faz o mais conscienciosamente que pode.

Como deforma Cunhal também nesta questão a análise da luta de classes para servir os seus objectivos ?

Cunhal pretende convencer-nos de que foi a ditadura fascista que veio apressar artificialmente a centralização e a concentração de capitais que, dado o atraso do país, tenderia a fazer-se lentamente (pág. 15), omite em todo o informe a mais pequena referência crítica ao regime burguês nos períodos anteriores ao fascismo e dá-nos um quadro de 40 anos ininterruptos de aprofundamento do fosso entre a burguesia monopolista e a burguesia não-monopolista. Conclui-se portanto daqui que foi o "pecado original" da instauração da ditadura política que alterou o curso progressivo e não-monopolista do capitalismo português, que todas as dificuldades e sofrimentos do povo começaram desde então, que entre a burguesia monopolista e a não-monopolista nada há de comum e que, portanto, esta pode ainda vir a retomar a posição de onde foi desalojada em 1926.

Cunhal pretende convencer-nos de que a grande burguesia não desenvolve as forças produtivas e de que o "trágico atraso" económico nacional é apenas resultante "do facto de que Portugal é dominado por um pequeno número de grupos monopolistas e de latifundiários" (pág. 13). Deduz-se, portanto, que a "boa" burguesia não-monopolista não tem responsabilidades no atraso económico e nacional, que Portugal poderia conhecer um alto desenvolvimento se, em vez de ser dominado por um pequeno número de grandes capitalistas, estivesse nas mãos dum grande número de pequenos e médios exploradores, e sugere-se portanto que a burguesia não-monopolista poderá ainda vir a desempenhar, em colaboração com o proletariado, um papel progressivo no desenvolvimento das forças produtivas.

Estas deformações propositadas exigem que façamos uma breve referência à evolução do capitalismo português nos últimos 40 anos, problema que de resto se torna urgente estudar dum ponto de vista marxista, para acabar com os mitos religiosamente conservados pela burguesia liberal e pelo oportunismo.

Durante os últimos 40 anos, o regime capitalista português prosseguiu o seu desenvolvimento, que vinha detrás, a luta de classes tomou novas formas e atravessou diversas etapas, perfeitamente caracterizadas que fazem com que a actual ditadura tenha já muito pouco de comum com o "Estado Novo" de 1930. Foi o crescimento incessante das forças produtivas e da burguesia nacional que se reflectiu sucessivamente nas instituições, fazendo substituir a monarquia pela república, a república pelo Estado Novo e que, hoje, mais uma vez, começa a exigir a modernização do regime; isolar o período da ditadura fascista dos restantes e opô-lo a eles, como faz Cunhal, é abandonar a análise

-
- (4) Parece-nos que ainda não foi devidamente destacado todo o alcance político das referências de Cunhal às "surpresas que a vida pode trazer" e às "novas possibilidades de procurar uma solução pacífica" que podem surgir (pág.125). Discreta ainda, esta admissão da "solução pacífica", três anos apenas depois da sua denúncia, é sintomática da deslocação irreprimível de Cunhal para a direita, à medida que se acentua a crise da burguesia. Num próximo artigo desta série, estudaremos também esta questão em detalhe.

de classe pela mitologia pura.

É falso, em primeiro lugar, que a instauração da ditadura represente uma quebra viciosa na evolução "normal" do capitalismo português. 1926 foi uma actualização das instituições que, desde 1910, em 16 anos de luta de classes tumultuosa, permitiram à burguesia reforçar-se e enriquecer com a especulação durante a primeira guerra mundial, com as roças coloniais, o comércio externo e o início da exploração latifundiária moderna, e que fizeram surgir novas camadas da pequena burguesia, elevaram muitos pequenos patrões à média burguesia e impulsionaram o nascimento das primeiras grandes fortunas no comércio, nas colónias e na indústria.

A burguesia, que precisava da República, dos partidos e do parlamento para romper a pressão paralisante dos grupos feudais e importadores, para libertar o processo de acumulação capitalista, a concorrência e o alargamento do mercado, começou a sentir desde o fim da guerra mundial a necessidade de modificar novamente as instituições, de recorrer a um regime centralizado e autoritário, como forma de corresponder às novas exigências resultantes do seu próprio crescimento como classe: quebrar a resistência operária, que, cerca de 1920, se começava a tornar ameaçadora, apesar da sua desorganização; negociar mais eficazmente com o imperialismo inglês, cuja pressão se intensificava; pôr fim à anarquia que dilacerava os diferentes sectores burgueses e os impedia de utilizar capazmente a máquina do Estado. Assim, o 28 de Maio, longe de ser uma "contra-revolução" e um "regresso ao passado", como afirmam os liberais e os oportunistas, foi um novo passo em frente no crescimento da burguesia portuguesa, que lhe permitiu assegurar a continuidade da acumulação capitalista, passado o período de transição da República; longe de se identificar com o fascismo europeu, sobretudo o nazismo alemão, esta "ditadura nacional" é típica dum país semi-colonial onde a burguesia entra com a trazo na competição internacional e pretende tomar nas suas mãos a exploração do mercado nacional e colonial.

É certo que na década 30, marcada pelas repercussões da crise mundial que fecha os mercados às exportações portuguesas, este "aperfeiçoamento" do regime político não se pode manifestar num sério progresso das forças produtivas; mas a segunda guerra mundial e o afrouxamento temporário da pressão imperialista que daí resultou, permitiram à burguesia tirar dele todas as suas possibilidades potenciais.

Passando súbitamente da posição de comprador à posição de fornecedor disputado, a burguesia pôde enriquecer nos anos da guerra, vendendo os minérios, as conservas, os tecidos e toda a espécie de produtos semi-manufacturados aos dois campos em luta, e lançando-se na cultura intensiva do algodão, do café e das fibras coloniais; a indústria (reduzida e mal apetrechada) trabalha a pleno rendimento; os operários, os camponeses pobres, os trabalhadores coloniais, são submetidos a uma exploração impiedosa; os lucros dos bancos sobem em flecha; a extratos importantes da pequena burguesia urbana e rural ascendem à média burguesia e médios capitalistas transformam-se em grandes; surgem novos potentados do comércio colonial, da exportação e da indústria; é um período de especulação, de acumulação maciça, de fortunas vertiginosas.

As leis do fim da guerra sobre a protecção aos monopólios industriais, sobre a electrificação e a frota mercante consagram esta passagem do capitalismo nacional a uma nova etapa de declarada expansão das forças produtivas. Aproveitando a fraca concorrência imperialista no interior do mercado nacional nos primeiros anos do pós guerra, a burguesia passou a investir os capitais acumulados em novos ramos industriais e, para garantir a rentabilidade desses capitais num país de mercado estreito e que entrava na concorrência internacional com um atraso de dezenas de anos, apoiou-se naturalmente não só na protecção aduaneira como no regime dos monopólios.

Sob o regime dos monopólios, as forças produtivas na indústria não só não estagnaram, como sugere Cunhal, mas sofreram mesmo um sério impulso. Vejamos qual foi, segundo a "Estatística Industrial", o aumento na produção das principais indústrias entre

1944 e 1962: a cortiça, os sabões, a borracha, os vidros, as pescas, passaram para o dobro; a têxtil, as químicas e os lacticínios mais do que triplicaram; a cutelaria e a cerâmica de construção multiplicaram-se por 2,5; a cerveja por 3; o papel e os curtumes por 4; os adubos e tintas por 5; o cimento por 6; as conservas e outras alimentares aumentaram de 40% a 60%; o tabaco de 60%; os resinosos de 40%; neste mesmo período, a produção de energia eléctrica multiplicou-se por 8 e a de gás por 4, enquanto eram criados, ou saíam da fase embrionária, novos ramos industriais que passaram a ocupar um lugar importante, como a siderurgia, os pneumáticos, as químicas de base, a telefonia, o equipamento eléctrico, as construções metálicas, a pasta para papel. Nos 20 anos decorridos de 1943 a 1962, a produção industrial total (sem construção) mais do que triplicou, segundo os números oficiais.

É certo que este crescimento não tem medida comum com o dos países capitalistas avançados e que se faz no quadro duma economia dependente do imperialismo, dum invulgar parasitismo em relação às colónias, dum mercado nacional extremamente reduzido; mas isso não pode ocultar o seu significado à escala nacional, a sua influência sobre a luta de classes em curso no país. Negar o crescimento das forças produtivas nos últimos 25 anos é negar a transformação social operada, o crescimento da classe operária, a liquidação do pequeno campesinato, o reforçamento da burguesia. Neste aspecto, como em muitos outros, Cunhal aproxima-se dos políticos republicanos conservadores, que, procurando demonstrar que Portugal entrou em decadência desde que eles foram derubados do poder, caem em protestos demagógicos, em deformações dos factos e em posições reacçãoárias; é uma aproximação sintomática da deslocação cada vez mais acentuada de Cunhal do marxismo para o radicalismo burguês (5). ←

Concluimos assim que é falso apresentar o período de domínio da ditadura fascista como caracterizado por uma estagnação geral das forças produtivas e pelo alargamento contínuo do fosso entre a grande burguesia e uma pequena e média burguesia em ruína a celerada e constante, assim como é falso dividir a burguesia em dois sectores estanques, um que seria naturalmente bom e outro que seria naturalmente mau.

Se concluimos também que a idealização feita por Cunhal tem um fundamento de classe profundo. A burguesia radical, cujos pontos de vista Cunhal exprime tão fielmente, não pode fazer uma crítica objectiva à grande burguesia porque isso a obrigaria a reconhecer nela o seu desenvolvimento natural, seria condenar-se a si própria como classe exploradora; ela precisa de idealizar e justificar o seu lugar na sociedade, precisa de esconder o cordão umbilical que liga entre si todas as camadas burguesas, e ataca a grande burguesia, tanto mais furiosamente, quanto menos esperanças tem de poder vir a derrubá-la. Isto explica o quadro deformado que nos dá Cunhal e explica também a sua estranha tendência para, ao longo do informe, polemizar excitadamente com o cardeal Cerejeira, com o sr. Freitas Morna e outros fascistas; se ele estivesse em posições revolucionárias, compreenderia que o que separa o proletariado da grande burguesia não é susceptível de polémica...

O proletariado revolucionário, porque marcha à destruição da burguesia, de toda a burguesia, etapa após etapa, não precisa de fazer concessões ao radicalismo burguês, não tem qualquer interesse em traçar abismos imaginários entre a "boa" e a "má" burguesia, nem precisa de maquilhar a realidade. O proletariado só pode alcançar a vitória na etapa actual de liquidação da grande burguesia monopolista se tiver uma compreensão exacta do entrelaçamento entre as diversas camadas da burguesia, grande, média e pequena, e da ligação entre umas e outras camadas. A separação mítica fabricada por Cunhal entre a "boa" e a "má" burguesia desarma o proletariado e incapacita-o para tomar a direcção revolucionária da luta antifascista.

- (5) Já em 1946, dentro desta mesma perspectiva radical, Álvaro Cunhal afirmava no seu informe ao 2º Congresso Ilegal do P.C.P. que jamais sob o governo fascista seria criada uma indústria nacional e uma base hidroeléctrica, isto no preciso momento em que se começava a tornar patente o interesse da burguesia pelo desenvolvimento das forças produtivas.

6- Sobre o "patriotismo" da burguesia portuguesa

Para justificar o pretensu revolucionarismo da burguesia não-monopolista, Cunhal precisa ainda de estender a separação entre a "boa" e a "má" burguesia à questão das relações com o imperialismo estrangeiro; é por isso que no cap. 5 do informe, ele se ocupa em deformar hábilmente as características da dependência nacional em face do imperialismo, de acordo com as exigências da Unidade.

Cunhal ataca os grandes capitalistas como "responsáveis, nos 38 anos de ditadura, pelo agravamento dos laços de dependência que nos conduziram à trágica situação actual de país semi-colonial" (pág. 59). Deduz-se, portanto, daqui que Portugal não é, desde há séculos, um país tipicamente semi-colonial e que essa "trágica situação" não existia já no séc. XIX e no tempo da República; a dependência perante o imperialismo, em vez de ser uma característica da burguesia nacional, resultante do seu atraso, passa a ser de responsabilidade exclusiva do "punhado de parasitas" que há 40 anos se aposentaram do poder; e daqui conclue-se naturalmente que a burguesia não-monopolista, isenta de culpas, nacional e patriótica, tem reservado um lugar destacado na futura sociedade "democrática e nacional" que Cunhal prepara.

Mas a mais ligeira análise às relações da burguesia nacional com o imperialismo nos últimos cem anos mostra a falsidade desta tese. A burguesia portuguesa, (que foi monárquica primeiro, depois se tornou republicana e, por último, se transformou em fascista) tem vindo ao longo dos últimos cem anos a travar uma luta permanente para disputar ao imperialismo estrangeiro o mercado nacional e colonial, e isto não por "patriotismo" mas porque, à medida que cresce a sua capacidade económica, os capitais acumulados procuram um campo de aplicação, reclamam para si uma parte maior na exploração da classe operária, do campesinato e dos povos coloniais.

Contudo, esta tendência de expansão, choca-se com o aumento constante da pressão imperialista. E, colocada em tremenda inferioridade, a burguesia nacional acaba sempre por resolver as suas contradições com o imperialismo por meio de novas concessões e compromissos, e não hesita em comprar o seu direito de devorar uma parte da presa no país e nas colónias, entregando sucessivamente ao imperialismo novos sectores; esta política de concessões e compromissos é uma constante dos últimos cem anos e, de modo nenhum, uma particularidade exclusiva do regime fascista; e a extensão das concessões feitas ao imperialismo em cada período depende, não do maior ou menor "patriotismo" abstracto da burguesia, como parece supor Cunhal, mas de factores muito precisos, como o seu domínio sobre as forças produtivas, a estabilidade e autoridade da sua ditadura sobre o proletariado e as massas populares, a pressão maior ou menor exercida pelos diferentes imperialistas, a agudeza da concorrência entre estes, etc.

É isto que permite compreender que tenha sido precisamente no tempo da "boa" burguesia não-monopolista que foram entregues aos imperialistas ingleses e outros as minas, a maior parte do comércio externo, os serviços urbanos, as comunicações, diversos ramos da indústria ligeira, certas grandes concessões coloniais, transformando Portugal, cerca de 1920, num país tipicamente semi-colonial.

É também isto que permite compreender que, sob o domínio da "má" burguesia monopolista, a penetração do capital estrangeiro tenha sido praticamente estancada durante duas décadas (1925-45), que as forças produtivas na indústria tenham sido desenvolvidas e que a estrutura produtiva nacional tenha sido reforçada (entre 1920 e 1960 a parte das aparelhagens e manufacturas no total das exportações passou de 17% para 44%); e Portugal que, em 1915, sob o domínio da burguesia "democrática e patriótica", fora lançado na 1ª Guerra Mundial como um simples pião da Inglaterra, em 1940, sob o domínio da burguesia "traidora", pôde jogar nas contradições imperialistas e manter-se à margem da guerra.

E é ainda isto que permite compreender que, a partir de 1959-60, se tenha iniciado uma fase nova na história da dependência portuguesa perante o imperialismo: as dificuldades económicas, políticas e diplomáticas, causadas à burguesia nacional pelo movimento revolucionário de libertação nacional das colónias, conjugadas com a acentuação brutal da pressão imperialista, que lança os trusts americanos, alemães, ingleses, franceses na corrida para uma nova partilha do mercado e das matérias primas em Portugal e nas colónias, acabou por desmoronar as barreiras que a burguesia tentava opor-lhes desde 1945 e que vinham já sendo corroídas pela lenta penetração de capitais, sob a forma de participações e de abertura de filiais dos trusts estrangeiros; a partir de 1959, o mercado nacional e colonial abre-se largamente ao investimento de capitais estrangeiros, multiplicam-se os empréstimos, fundam-se dezenas de empresas, e Portugal integra-se plenamente em todos os organismos internacionais de controle, criados pelo imperialismo.

Essa mudança de atitude da burguesia fascista perante o imperialismo, que Cunhal nega contra toda a evidência (pág. 60), mostra que se esgota o papel nacional da burguesia e que esta se torna um apêndice do imperialismo. Tendo saído do séc. XIX numa posição semi-colonial, a burguesia portuguesa atravessou, durante os primeiros 40 anos deste século, uma trajetória ascendente, de progressiva emancipação da tutela imperialista, para entrar depois numa dependência cada vez mais profunda, à medida que se agrava a sua crise interna e se intensifica a pressão imperialista.

Injuriando os "salazaristas sem pátria", que "têm no coração e nos actos inscrita a palavra traição", exprimindo a sua "raiva e indignação" contra o domínio imperialista, traçando um quadro negro de vilas e regiões inteiras que mais parecem colónias do que terra dum país independente", poupando toda a crítica à República e à burguesia não-monopolista (6), Álvaro Cunhal assegura-se, sem dúvida, dum sólido prestígio junto dos sectores liberais da burguesia e poderá fazer-se passar junto dos trabalhadores por um ardoroso patriota e inimigo dos imperialistas.

Mas ele só tomaria uma posição verdadeiramente revolucionária se dissesse que o capitalismo português é, desde há um século, dependente e tende a tornar-se um apêndice do imperialismo, à medida que se torna maior o seu atraso na competição internacional. No Portugal de hoje, a base de toda a posição revolucionária, quanto ao imperialismo, está em reconhecer que as contradições da burguesia com o imperialismo, embora agudas, não lhe permitem tomar uma posição patriótica consequente e que só o proletariado e as grandes massas trabalhadoras podem ser consequentemente anti-imperialistas.

As "debilidades sérias na luta anti-imperialista", lamentadas por Cunhal, só podem ser definitivamente vencidas quando o proletariado compreender que os seus interesses, também nesta questão, são diferentes dos das outras classes, vão mais longe que os de qualquer outra classe e que, portanto, exigem que ele se liberte da tutela ideológica da burguesia liberal e radical e tome nas suas mãos, com plena independência, a bandeira da luta anti-imperialista. Eis por que as vibrantes profissões de fé anti-imperialistas de Cunhal não têm qualquer consistência revolucionária e são dirigidas, na realidade, para reabilitar a burguesia.

(6) De facto, Cunhal censura as tendências (pág. 66) de certos sectores liberais para concluírem acordos com o imperialismo, e com isto procura mostrar ao Partido a sua "firmeza de princípios"; mas esta censura peca pela mesma tacanhez moralisante típica de Cunhal, incapaz de mostrar ao proletariado os interesses de classes em jogo e as contradições de classe, a fim de não comprometer o bom ambiente unitário; censuras destas escondem em vez de revelar as posições reais da burguesia não-monopolista.

7 - O abandono da aliança com o campesinato - outra consequência da linha da unidade

Temos tentado mostrar até agora como Cunhal, para poder fazer aceitar a sua linha da Unidade, deforma e oculta a natureza real dos interesses da burguesia, procurando levar o proletariado a abandonar as suas reivindicações revolucionárias e a entregar-se sob a direcção da burguesia liberal.

Mas este não é o único aspecto em que Cunhal abandona as posições revolucionárias: para o movimento proletário poder tomar plena consciência dos seus objectivos e da sua força, ele não precisa só de demarcar os seus interesses em relação à burguesia; ele precisa também de reconhecer os seus aliados de classe e concluir com eles uma aliança na luta por objectivos comuns. Ora, em "Rumo à vitória" revela-se como o entusiasmo absorvente de Cunhal pela burguesia não-monopolista tem a sua contrapartida no desinteresse pelas grandes massas oprimidas dos campos, que têm permanecido ao longo de 25 anos de Unidade anti-salazarista à margem da luta política, mergulhados no atraso e na ignorância. Essa massa gigantesca de oprimidos, que abrange um terço da população nacional, constitui, com o semi-proletariado urbano (empregados, artesãos, etc.) o único aliado seguro com que o proletariado pode contar no interior do país para levar a cabo a liquidação da grande burguesia, a expulsão do imperialismo e a revolução socialista. Era para eles que se deveria voltar sobretudo a atenção de Cunhal e não para a burguesia liberal.

De facto, Cunhal dedica um curto capítulo do Informe ("A luta pela Reforma Agrária") à questão camponesa e multiplica aí as denúncias da desigualdade na repartição da terra e das prepotências dos latifundiários, desmascara o emparcelamento, a colonização interna, o povoamento florestal, como manobras da grande burguesia e defende a reforma agrária como a solução dos problemas do campesinato trabalhador. Mas estas denúncias e estas promessas de redenção são tristemente ineficazes e demagógicas, desde que não se revele claramente, sem subterfúgios, qual a natureza das contradições de classes nos campos, desde que não se armem as massas camponesas de modo a emanciparem-se de todas as tutelas e a encaminharem-se para a insurreição que varra a ordem burguesa instaurada nos campos; nesta questão, como em todas as outras, o ponto de partida para uma posição revolucionária é o conhecimento das classes e da luta de classes; e nesta questão também Cunhal, enredado nas suas visões unitárias, falseia o panorama da luta de classes.

Assim como, à escala nacional, ele substitui a luta de classes pela luta entre os monopólios e todo o povo, no campo, ele desembaraça-se da luta de classes para reduzir todas as contradições a uma única: a contradição entre o proletariado rural e os latifundiários, e resume a sua análise da questão camponesa nas afirmações de que "to da a política fascista visa aniquilar de facto a pequena produção e pôr a agricultura nacional nas mãos de um número cada vez menor de latifundiários e de capitalistas" e de que "bater, arruinar, aniquilar a pequena produção agrícola, explorar sem limites o proletariado rural - tal tem sido a política do governo fascista". Esta polarização e esta simplificação da luta de classes no campo, que toma à primeira vista uma aparência extremamente radical, é na realidade a base em que se apoia o seu oportunismo, como vamos ver.

a) A desintegração da economia camponesa de subsistência - Nos últimos trinta anos, a crescente procura de produtos agrícolas no mercado e o investimento de capitais na produção e comércio agrícolas actuaram como uma poderosa alavanca desintegradora da estrutura tradicional no campo: a velha economia agrícola de subsistência é ultrapassada pela produção mercantil que expulsa centenas de milhares de famílias camponesas

para a emigração e para as cidades; o operário agrícola e o jornaleiro avantajam-se cada vez mais ao camponês independente; a exploração mecanizada moderna começa a estender-se em largas zonas; o grande proprietário semi-feudal, vivendo das rendas, começa a perder a sua antiga onipotência em face do lavrador capitalista, do comerciante de produtos agrícolas, do industrial, do proprietário citadino.

mas esta transformação, que faz triunfar as relações capitalistas sobre as velhas relações semi-feudais, nada tem de comum com as revoluções burguesas que desde há dois séculos deram nascimento na Europa ocidental a uma numerosa burguesia rural. O atraso com que o capitalismo chega aos campos, o desnível esmagador entre as cidades capitalistas e os campos semi-feudais, somando-se às características parasitárias do capitalismo português, fazem com que a burguesia urbana não ataque frontalmente as camadas semi-feudais mas as desaloje e asfixie lentamente, entrelaçando-se com elas; resulta daqui que não é o camponês que se lança na exploração capitalista da agricultura, mas sim o latifundiário, o comerciante, o industrial; as diferenças entre a cidade e o campo, em vez de se esbaterem, acentuam-se brutalmente; o campesinato, em vez de ascender ao capitalismo, é esmagado por ele, sob o peso da renda, da exploração do capital comercial e industrial e da exploração capitalista directa.

Essa desintegração da estrutura tradicional nos campos está patente em todos os aspectos: na mecanização das zonas capitalistas (planícies do sul e região de Lisboa), onde, em dez anos, (1952-62), quadruplicou o parque de tractores; no crescimento da produção agrícola submetida ao regime capitalista (arroz, cereais e azeite no sul, gado do suíno, etc.) enquanto estagnam ou diminuem as produções dominadas pelo pequeno camponês; no aumento regular do arrendamento, que dá lugar a que a percentagem de camponeses, pagando rendas pelas terras que cultivam ("patrões" e "isolados" rendeiros ou parceiros) tenha passado de 19 % em 1940 para 24 % em 1950 e 27 % em 1960; na emigração massiva, que entre 1940 e 1960 levou um milhão de camponeses a abandonarem as suas terras e que tem vindo a despovoar largas regiões do Alto Minho, de Trás-os-Montes e da Beira Alta; finalmente, na proletarianização total de meio milhão de camponeses, o que representa uma das mais altas percentagens de proletários agrícolas na Europa Ocidental.

b) Cunhal esconde a existência da burguesia camponesa para melhor a defender. Mas essa desintegração da economia camponesa de subsistência é um fenómeno complexo e de morado que está longe de ter atingido o seu termo, o desenvolvimento do capitalismo nos campos, a que Cunhal se refere repetidamente, não pode ser reduzido ao estabelecimento de relações latifundiários-operários agrícolas, predominantes apenas no Sul, mas comporta uma grande diversidade de relações de classe.

O "campesinato" abstracto a que Cunhal se refere por vezes como se constituísse uma única classe social (pág.33) e em que, no melhor dos casos, distingue os proletários e os "pequenos e médios agricultores", abrange toda uma série de classes e camadas sociais: proletariado, semi-proletariado, produtores independentes, pequena burguesia, média burguesia. Entre estas classes e camadas sociais existem diferenças e antagonismos que não devem ser velados mas, pelo contrário, é preciso pôr a claro.

Aquilo a que Cunhal chama, usando a nomenclatura típica dum burguês radical, os "pequenos e médios agricultores", inclui na realidade exploradores e explorados, patrões e jornaleiros, burgueses e semi-proletários. A pequena e média burguesia camponesa, embora em vias de liquidação, existe em Portugal: ela era ainda representada em 1960 segundo o recenseamento, por 76.000 "patrões agrícolas activos", proprietários ou rendeiros empregando trabalhadores assalariados. Esta burguesia camponesa tem interesses diferentes dos da grande massa do campesinato, em cuja exploração participa com as restantes camadas burguesas, embora de forma subalterna. Arruinada em ritmos rápidos nos últimos anos (o recenseamento de 1950 registava 136.000 patrões agrícolas), é dilacerada entre interesses contraditórios, porque se opõe à burguesia urbana e aos latifundiários mas procura ao mesmo tempo dominar, dirigir e explorar os camponeses pobres e não pode por isso tomar uma posição revolucionária consequente.

Assim, a primeira tarefa para a mobilização do campesinato está em distinguir da massa informe dos "pequenos e médios agricultores" esta burguesia camponesa, que não pode ser contada entre as forças revolucionárias e que é uma força aliada instável. Contudo, a posição de Cunhal a este respeito, como em relação à burguesia urbana, é "esquecer-se" da sua existência quando se trata de denunciar a exploração a que os trabalhadores são submetidos, para depois tomar a defesa aberta dos seus interesses capitalistas, a pretexto de que se trata de "pequenos e médios agricultores". (O P.C.P. edita mesmo um jornal clandestino, "A Terra", que é uma tribuna da burguesia camponesa do Norte - ver "Revolução Popular", nº 2).

c) Como Cunhal se orgulha daquilo que o devia envergonhar - Uma vez separada a burguesia rural da massa do campesinato, há ainda que fazer uma distinção clara entre as massas semi-proletarizadas (camponeses independentes e cultivadores - jornaleiros) e o proletariado rural: os "pequenos e médios agricultores" não podem ser confundidos com o proletariado rural porque a sua posição de classe, se bem que potencialmente revolucionária, está marcada pelo individualismo, pelo isolamento, pelo atraso típicos do pequeno produtor que aspira a tornar-se independente e que sonha vir a ser um patrão.

O proletariado das cidades e o seu Partido Comunista, apoiando-se fundamentalmente nos campos sobre o proletariado rural, têm que empreender um longo trabalho de educação das massas camponesas semi-proletárias, de modo a elevarem-nas através da acção para além do seu atraso e das suas ilusões, a libertarem-nas da tutela da burguesia e a coeslonarem-nas como uma força revolucionária consequente. Essa tarefa é tanto mais importante quanto é certo que, em Portugal como nos outros países capitalistas, as massas camponesas semi-proletárias englobam um contingente muito elevado da população e formam precisamente o sector que está reduzido pela burguesia à maior miséria e degradação.

Cunhal, que em vinte e cinco anos de Unidade anti-salazarista com os políticos liberais, nunca deu pela existência das grandes massas oprimidas dos campos (na verdade, que interesse podem ter para as campanhas "eleitorais" ou para os acordos da F.P.L.N. os camponeses embrutecidos e ignorantes da política?), ao encontrar-se nos últimos tempos confrontado pela crítica do Partido nesta questão, recorre a subterfúgios ridículos, como o de transformar a massa dos camponeses semi-proletários em bons proletários rurais que estariam segundo ele, sob a direcção política do P.C.P.! De facto, o informe assegura-nos que, para 950 mil proletários rurais, existem 450 mil "pequenos e médios agricultores" (englobando nesta designação, como vimos, não só os semi-proletários como a burguesia rural) e Cunhal regozija-se com "o peso numérico dominante do proletariado rural nos campos portugueses", afirmando que "o nosso Partido tem razão para se sentir orgulhoso da confiança que nele têm depositado o proletariado rural".

Ora, a realidade, que Cunhal não ignora, é que o proletariado rural (isto é, os operários agrícolas que não cultivam terras por sua conta e vivem só da jorna) subia em 1950 a pouco mais de meio milhão e já não deve atingir hoje os quinhentos mil; grande peso numérico do proletariado rural, que é um factor muito favorável à Revolução, não altera o facto de que a massa dominante nos campos são ainda as 700 mil famílias de camponeses independentes e cultivadores-jornaleiros, totalmente à margem da luta revolucionária do povo português. (7); além disso, como se sabe, a influência do P.C.P. não abrange todo o proletariado rural, longe disso: importante em certas zonas do Alentejo e Ribatejo, é inexistente nas restantes regiões onde se concentra o proletariado agrícola.

(7) Números do "Inquérito às explorações agrícolas do continente" - 1952-54; no artigo "O abandono da aliança operário-camponesa" ("Revolução Popular" nº 1) esboçamos já uma classificação das classes no campo e da sua importância relativa.

Para basear as suas conclusões que lhe permitem esconder o abandono a que tem sido votado o campesinato pobre e até "orgulhar-se" do trabalho realizado, Cunhal recorre a um passe de magia: por um lado, toma todos os "assalariados" da Estatística como proletários e chega assim à conclusão de que a maioria da população camponesa em Vi-seu ou Coimbra é formada por proletários (pág. 40) e não por jornaleiros semi-proletários, reduzidos a uma miséria e a um atraso espantosos, que ignoram até a própria existência do Partido Comunista; por outro lado, para arredondar ainda as contas e obter o seu "milhão de proletários rurais", ele soma a estes assalariados as "pessoas de família activas", o que é um critério inaceitável (8). Este é sem dúvida um dos mais brilhantes exemplos da "análise marxista" que Cunhal nos proporciona no seu Informe para esconder o abandono da aliança com o campesinato.

d) "Dirigentes democráticos representantes do campesinato"--Mas não fica por aqui a sua deformação da luta de classes. Para cumprir as exigências da Unidade em relação à questão camponesa ele precisa de ir ainda mais longe, ele precisa de esconder que a sintegração da economia camponesa de subsistência se está realizando em benefício, não apenas de "escassos milhares de parasitas", mas de toda a burguesia urbana; na realidade, se são os latifundiários, os grandes comerciantes e certos industriais que se apropriam da parte de leão na exploração dos camponeses, é inegável que essa exploração é também exercida por uma multidão de pequenos e médios proprietários de terras, comerciantes de produtos agrícolas e intermediários de toda a espécie, e que o número desses grandes, médios e pequenos parasitas do trabalho camponês tende a aumentar à medida que se acentua a ruína da economia camponesa tradicional e que as cidades dominam sobre os campos; proprietários, comerciantes e especuladores enriquecidos na pilhagem dos camponeses pobres ascendem continuamente às camadas superiores da burguesia, segundo um ritmo variável mas incessante, que por vezes se torna mesmo impetuoso como no período da guerra mundial.

Pois bem: Cunhal não só não tem uma palavra a dizer a este respeito, como leva mesmo a sua devoção unitária ao ponto de pretender que "dirigentes democráticos, que embora muitas vezes são tidos por representantes da intelectualidade, representam social e politicamente certas camadas do campesinato". O alcance desta tese, formulada pela primeira vez em Agosto de 1963 e retomada em "Rumo à vitória", tese cuja ousadia não deixaria de espantar Lênine, é evidente: Álvaro Cunhal abandona aos "dirigentes democráticos" (na realidade, proprietários, membros da média burguesia urbana exploradores do campesinato) a direcção das massas camponesas que eles tutelam, esperando alcançar com esta prova de boa-vontade o acordo unitário com a burguesia liberal, que há vinte anos vem procurando tão ansiosamente.

Para encobrir este abandono numa questão que é essencial para o êxito da luta anti-fascista, Cunhal acumula ao longo de várias páginas os ataques demagógicos contra os latifundiários e chega ao grotesco de se apresentar perante o proletariado e o campesinato trabalhador a explicar-lhes que "não devem esperar dos grandes proprietários uma posição favorável à revolução democrática"! Como se alguma vez pudesse pôr-se sequer essa hipótese, como se o problema real não fosse o de saber se a pequena e média burguesia urbana pode ter uma posição revolucionária em relação às reivindicações do campesinato trabalhador. Cunhal "demonstra" aos camponeses que não podem contar com a aliança dos grandes proprietários para a sua libertação, e com esta ridícula "descoberta" procura esconder-lhes o essencial, isto é, que nao podem contar com a aliança

(8) A classificação estatística das "pessoas de família activas" refere-se às pessoas trabalhando nas explorações familiares, ou seja, a membros do campesinato independente e do semi-proletariado; basta verificar os números ínfimos de "pessoas de família activas" registadas no Alentejo para comprovar que nada têm a ver com o proletariado rural.

(e muito menos com a direcção!) da burguesia liberal para a sua libertação, que só po-
dem contar com as suas próprias forças e com a direcção do proletariado revolucioná-
rio, que uma verdadeira Reforma agrária nunca poderá resultar de acordos e compromi-
ssos com a burguesia liberal, mas apenas das insurreições camponesas aliadas ao movi-
mento insurreccional da classe operária das cidades. "Rumo à vitória" confirma que Cu-
nhal não está disposto a corrigir o seu tradicional desprezo pelo campesinato traba-
lhador e que não hesita em o sacrificar à Unidade com a burguesia liberal.

8 - A teoria marxista da luta de classes aplica-se ou não à luta anti-fascista ?

Temos a consciência de que esta crítica ao panorama das classes traçado por Cunhal em "Rumo à vitória" não ganhará uma popularidade fácil. No ambiente generalizado de radicalismo pequeno-burguês que temos vivido é muito mais fácil tornar-se popular com consignas "unitárias" e idéias "simples", no género de "a união faz a força" e outras semelhantes. Para muitos que se julgam marxistas, a distinção entre as classes e o co-nhecimento da luta de classes são inúteis na etapa actual, quando se trata de "unir to-dos para acabar com o fascismo"; para esses, o nosso esforço de crítica de classe não passa duma acção criminosa, que "desunindo as forças democráticas, serve objectivamen-te o fascismo e os monopólios". A tal miséria chegou o marxismo "oficial" em Portugal!

Não será por isso demais insistir em que não confundimos a burguesia não-monopolis-ta com os monopólios e os latifundiários, nem pretendemos substituir a luta anti-fas-cista pela luta imediata pelo comunismo; simplesmente, a experiência de 40 anos já
mostrou de forma exaustiva que não se consegue derrubar o fascismo nem aniquilar a
grande burguesia nem expulsar o imperialismo se o movimento popular não for dirigido
por uma força marxista-leninista que saiba distinguir, dentro do campo anti-fascista,
as forças revolucionárias das forças aliadas, os aliados consequentes dos aliados
instáveis e vacilantes e saiba reconhecer também e neutralizar as forças intermédias
susceptíveis de vir a cair no campo inimigo, em vez de embalar o povo em mitos "uni-
tários" que o adormecem como um ópio.

Unir em primeiro lugar as forças consequentemente revolucionárias é a tarefa bási-ca de todo o verdadeiro marxista-leninista; organizar o proletariado, educá-lo, de-marcar os seus interesses em relação a todos os sectores não-proletários, emancipá-lo da tutela ideológica e política a que a burguesia procura constantemente subme-tê-lo, dar-lhe confiança na sua capacidade revolucionária, desenvolver sem quaisquer limites as suas aspirações a uma nova ordem social - esse é o ponto de partida duma luta realmente revolucionária.

Ura, o esquema grosseiramente simplificado que Cunhal traça da luta de classes, a
pretexto de fundir os interesses de todas as classes contra o fascismo, impede o pro
letariado revolucionário de se guiar entre as contradições de classes, de delimitar
os interesses que o separam da burguesia, de marchar à conquista do poder político
para fazer a revolução. Um partido marxista-leninista, que tenha realmente em vista conduzir as massas oprimidas à conquista do poder, não pode em circunstância nenhu-ma deixar de estudar as contradições de classe existentes: essa é a pedra de toque de toda a posição revolucionária séria. Cunhal desiste dessa tarefa e, dominado por considerações tácticas puramente oportunistas, faz uma análise unilateral e deforma-da e propaga uma série de ilusões pequeno-burguesas tendentes a paralisar o proleta-riado e as massas revolucionárias.

Se não se torna claro que o actual poder ilimitado dos monopólios e dos latifun-diários é o produto natural da expansão anárquica e irrefreável do capitalismo ao longo dum século, nas condições dum país simultaneamente dependente e imperialista, se não se diz que a actual burguesia tem vindo a nascer do seio da pequena e média

burguesia, se não se revela a força e os interesses reais da burguesia não-monopolista - então gera-se a falsa idéia de que será possível organizar em Portugal após a abolição dos monopólios, um "bom" capitalismo, progressivo e não-monopolista, desarmasse o proletariado e as massas populares.

Se não se torna claro que a bárbara exploração colonial salazarista é a culminação, a etapa superior do colonialismo português, é o produto natural do colonialismo monárquico e do colonialismo republicano - então, queira-se ou não, está-se trabalhando para reabilitar a burguesia colonialista e para abrir o caminho a uma solução neocolonialista, por muitas juras que se façam de fidelidade ao direito de independência dos povos coloniais.

Do mesmo modo, se não se torna claro que a actual dependência em face do imperialismo estrangeiro não é o fruto dos interesses dum homem ou de um grupo de homens, mas dos interesses da burguesia portuguesa, se não se mostra a evolução dessa dependência ao longo do último século, mostrando a origem profunda da degradação do carácter nacional da classe burguesa - então está-se contribuindo, apesar das vibrantes exclamações anti-imperialistas, para prolongar a submissão de Portugal ao imperialismo, sob novas formas.

Se não se diz que a ditadura fascista de Salazar é a conclusão e o produto superior da República burguesa de 1910-26, que a ditadura fascista é, nas condições portuguesas, a forma superior da ditadura burguesa, que "salazarismo" quer dizer simplesmente "capitalismo português" - então contribui-se para alimentar no proletariado e nas massas populares a idéia de que é possível voltar a estabelecer em Portugal um regime burguês democrático e não-monopolista, ajuda-se a burguesia a preparar tranquilamente a modernização do seu poder sob a capa da "liberalização".

Por isso, quando Cunhal exclama: "Liberte-se Portugal da dúzia de grandes grupos monopolistas!", nós perguntamos: Como e para quê? Para modernizar a ditadura burguesa, libertando-a das suas actuais dificuldades, para a burguesia se apoiar nos monopólios nacionalizados e recomeçar livremente o seu ciclo de concentração? Ou para iniciar a liquidação da burguesia, sob a direcção dos operários e camponeses, para estabelecer uma ditadura popular que esmague realmente as forças da reacção e assegure a passagem à revolução socialista? Por isso, nós afirmamos que a "revolução democrática e nacional" defendida em "Rumo à vitória" é a teoria e a prática da passagem de Portugal dum regime capitalista antiquado a um capitalismo moderno.

A única base para a luta vitoriosa contra o fascismo salazarista é a compreensão da luta de classe entre o proletariado e a burguesia. É impossível condenar o salazarismo sem condenar o capitalismo; condenar os crimes, as arbitrariedades, a exploração feroz do salazarismo, é condenar a burguesia portuguesa, que gerou esse aborto e que à sombra dele tem crescido e prosperado, engordada no suor e no sangue de milhões de operários, camponeses e trabalhadores coloniais.

Demonstrar o carácter anti-marxista das concepções de Cunhal, demonstrar que ele traiu completamente as suas obrigações de chefe do proletariado revolucionário e defende os interesses da burguesia, é a base para o triunfo da luta anti-fascista. •

★ O REVISIONISMO POE EM PERIGO AS CONQUISTAS REVOLUCIONARIAS DOS POVOS E A PAZ MUNDIAL

Dois acontecimentos importantes assinalaram ultimamente a evolução processada no interior do movimento comunista internacional. Um deles refere-se à "conferência consultiva" dos partidos comunistas, realizada em Moscovo, a 15 de Março de 1965.

O XX Congresso do P.C.U.S. assinalou, historicamente, a entrada deliberada da U.R.S.S. no caminho do reformismo, da colaboração com o imperialismo, da "coexistência pacífica" como forma actual da passagem do capitalismo para o socialismo, da aceitação do espírito de colaboração de classes, etc. Contra o revisionismo, aliado objectivo dos interesses dos imperialistas, levantaram-se os marxistas-leninistas de todo o mundo, à frente dos quais se colocou resolutamente o Partido Comunista da China. Da aparente unidade de vistas, que só servia os interesses do capitalismo, à escala nacional e internacional, teve de passar-se a um combate cerrado contra o imperialismo e o revisionismo, os dois maiores inimigos actuais dos interesses dos povos. Com o propósito de excluir a China e os demais partidos marxistas-leninistas do movimento comunista internacional, os dirigentes soviéticos procuraram afanosamente organizar uma reunião de partidos comunistas e, em nome duma maioria temporária, impor os seus pontos de vista capituladores aos marxistas-leninistas, como se à U.R.S.S. incumbisse dominar os outros partidos irmãos ou lhe estivesse reservado o poder de convocar reuniões unilateralmente.

O objectivo da reunião ia contra os princípios que regem, segundo as Declarações de Moscovo de 1957 e 1960, as relações entre partidos irmãos: o princípio da união, o princípio do apoio e da ajuda mútua, o princípio da independência e igualdade e o princípio da unanimidade através de consultas, todos eles baseados no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário.

Apesar do espírito da Conferência ir contra os princípios das Declarações de 1957 e de 1960 e de, entre comunistas, quando se aceita o princípio de chegar à unanimidade através de consultas, não se dever assinalar quem "está em maioria" ou quem "está em minoria", nem se dever impor a sua linha incorrecta e levar a cabo uma política sectária e divisionista (ponto 22, da "Proposta sobre a linha geral do Movimento Comunista Internacional", do C.C. do P.C. da China, em resposta à carta do C.C. DO P.C.U.S. de 30 de Março de 1963, os dirigentes revisionistas teimaram na sua decisão.

A agravamento da situação no movimento operário, as arremetidas do imperialismo no Vietname e no Congo, a passividade da U.R.S.S., o fortalecimento diário dos movimentos marxistas-leninistas, provocaram uma grave crise no seio do revisionismo. A queda de Krutchov assinala o começo do declínio do revisionismo, embora inicialmente tivesse provocado algumas hesitações entre muitos comunistas, que esperavam que a U.R.S.S. reentrasse no caminho do marxismo-leninismo. Tal não sucedeu e a breve prazo os novos dirigentes da U.R.S.S. viram-se perante a hipoteca da reunião cisionista lançada por Krutchov, proposta brutalmente para excluir os partidos revolucionários. Os seus problemas eram evidentemente mais de forma que de fundo, porquanto os seus propósitos divisionistas mantinham-se, procurando apenas resolver o impasse a que haviam chegado. A declaração da "conferência consultiva", embora de forma mais velada, insiste de novo na reunião de uma nova conferência internacional, o que significa que o objectivo fundamental, a luta contra o marxismo-leninismo, não foi abandonado.

Assim, enquanto que o encontro dos 26 partidos comunistas convocados seria, com a forma de declaração do P.C.U.S., uma reunião preparatória da conferência mundial dos partidos comunistas e operários, veio depois a denominar-se uma simples "reunião consul

tiva", destinada a salvar a face dos novos dirigentes revisionistas da U.R.S.S.. Apesar do disfarce, o fracasso total da iniciativa soviética ressaltou aos olhos de todos os revolucionários. Dos treze países socialistas, cinco encontravam-se ausentes: Albânia, China, Coreia do Norte, Vietname do Norte e Roménia. O Partido Comunista Chinês é o mais numeroso em todo o mundo. Encontravam-se igualmente ausentes dois dos maiores partidos comunistas fora dos países socialistas: o P.C. da Indonésia e o P.C. do Japão. Por outro lado, convém observar que o "P.C." indiano do renegado Dange, presente na conferência, não representa a maioria dos comunistas indianos, reagrupados hoje em torno do Partido Comunista Indiano marxista-leninista. O mesmo sucede com a representatividade dos partidos brasileiro e australiano, em que os marxistas-leninistas destes países foram pura e simplesmente ignorados pelo P.C.U.S.

Entre os 19 partidos presentes, dos quais o dos E.U.A. assistia como observador, houve diferenças de opinião quanto à oportunidade da reunião, o que mostra uma faceta importante do revisionismo: dado se afastarem do marxismo-leninismo, dado interpretar a seu belo prazer as teorias revolucionárias, os revisionistas acabam por não poder apresentar uma frente unida. Cada partido revisionista tem a sua própria concepção revisionista, como o partido italiano, que advoga claramente o princípio do "poli-centrismo", segundo o qual existem vários centros revisionistas, independentes uns dos outros, cada um seguindo o caminho que mais lhe convém. Isto, enquanto os marxistas-leninistas apresentam um bloco firme e unido em todo o mundo, em defesa do marxismo-leninismo.

O comunicado da "conferência consultiva", além de reafirmar, se bem que veladamente, os seus propósitos de caminhar no sentido do abandono do marxismo-leninismo e de tentar impor o revisionismo a todos os partidos, declara que as profundas divergências existentes do ponto de vista teórico e tático "não impedem que se possa perfeitamente e que se deva realizar a unidade de acção na luta contra o imperialismo", o que, sendo correcto em princípio, não passa de palavras, porquanto nada foi até agora oposto à agressão americana no Vietname por parte de quem dispõe da superioridade militar no mundo socialista. A fim de se conseguir a unidade do movimento comunista internacional, propõe-se por outro lado a "cessação da polémica pública", o que representa uma manobra hipócrita, pois os iniciadores dos ataques públicos foram os revisionistas, o que obrigou os marxistas-leninistas a usarem do direito de resposta. A cessação da polémica pública destina-se agora a tentar deter a crítica sistemática que está a ser empreendida contra o revisionismo, que sente a sua posição cada vez mais comprometida perante os povos.

E, na prática, embora os revisionistas declarem procurar a "unidade", não deixam de renovar os seus ataques contra a China e a Albânia. Na U.R.S.S. foi oficialmente recomendada a leitura do relatório anti-chinês apresentado a 14 de Fevereiro por Suslov. Na Polónia, acaba de ser desencadeada pelo "Anuário Político e Económico" um violento ataque à China, o mesmo sucedendo noutros países socialistas, em que se ataca nomeadamente a atitude da Albânia na O.N.U., ao pretender romper os compromissos entre a U.R.S.S. e os E.U.A. que fizeram da referida organização um instrumento do imperialismo americano, como foi recentemente denunciado pela Indonésia.

Agora, que o projecto de excluir do movimento comunista os partidos que se opõem ao revisionismo moderno falhou redondamente, é ocasião de lembrar o que dizia Álvaro Cunhal na sua carta ao P.C.U.S., em 18 de Agosto do ano passado: "Estamos, pois, de completo acordo; com a proposta do P.C.U.S. no sentido da convocação no próximo mês de Dezembro da Comissão Preparatória da Conferência e da realização da Conferência no princípio do verão de 1965. O facto de alguns partidos irmãos terem opinião diversa acerca da oportunidade e data da Conferência não pode ser motivo para a sua não-realização. (...) Pensamos por isso que a Comissão não deve deixar de iniciar os seus trabalhos na data prevista no caso da não-comparência dos represen-

tantes de qualquer dos partidos participantes" ("Avante" 347, Outubro 1964). Álvaro Cunhal, acudindo sollicitamente em socorro de Nikita Krutchov, que então começava a encontrar-se em dificuldades pela sua política revisionista, não hesitou em salientar-se como um dos "ultras" da corrente cisionista; e é em vão que ele hoje procura fazer esquecer estas posições vergonhosas, contrárias ao espírito do internacionalismo proletário.

Por outro lado, enquanto os revisionistas, à escala internacional, multiplicam as tentativas de conciliação com o imperialismo, um segundo facto vem caracterizar o movimento comunista internacional e a luta revolucionária do proletariado mundial: a alteração qualitativa registada no caso do Vietname, em que, pela primeira vez, um país socialista é atacado pelo imperialismo, sem este deparar com uma resposta eficaz. Convém, em primeiro lugar, acentuar que é o governo do Vietname quem decide do auxílio a ser-lhe prestado, o que pode ser esquecido por quem veja na atitude da China um auxílio pouco eficaz. O governo da República Chinesa foi, a este respeito, suficientemente claro: assim que o governo do Vietname do Norte lhe solicitar auxílio, acorrerá com todas as forças ao seu alcance. O governo da Coreia do Norte mostrou claramente que os comunistas chineses sabem respeitar o internacionalismo proletário. É salienta-se que, nesse caso, enquanto foram os comunistas chineses que deram a sua vida pela independência da Coreia, ainda hoje a China está a pagar as dívidas contraídas à U.R.S.S. pela compra de material de guerra que ... utilizou na Coreia! Além disso, com a defesa dos princípios revolucionários, a China presta um auxílio inestimável a todos os povos.

Diferente é a posição da União Soviética. À superioridade esmagadora dos seus armamentos, tão apregoada por Krutchov, correspondem responsabilidades maiores. A sua situação de país socialista poderoso obriga-a a posições decididas. O envio de voluntários não passa de uma nuvem de fumo, pois o facto de surgirem no Pravda inscrições de soviéticos que se oferecem para combater no Vietname não é uma resposta adequada à agressão nem pode desviar a U.R.S.S. das suas responsabilidades.

A verdade é que o princípio segundo o qual um ataque a qualquer país socialista seria considerado um ataque à U.R.S.S. e a todo o campo socialista está pura e simplesmente a ser abandonado. E assistimos aos dirigentes soviéticos a multiplicarem contactos diplomáticos, oferecendo reuniões, etc. para se furtarem a responder decididamente à agressão imperialista. Entretanto, no Vietname, intensifica-se o descarado ataque dos americanos, empregando gases, bombardeando populações civis e objectivos militares no Vietname do Norte, e aproximando-se perigosamente da fronteira com a China, havendo-se já registado um incidente aéreo com a aviação chinesa. Satisfeitos com a fraca reacção da U.R.S.S., os imperialistas anunciam a intensificação das operações militares e não está afastada a hipótese de virem a atacar em breve a própria República da China.

Alguns atribuem a intensificação da agressão americana à "divisão" do movimento comunista mundial, e pedem a cessação da polémica, esquecendo que esta divisão foi provocada pelo revisionismo que cindiu o mundo socialista. A "unidade" em torno do revisionismo seria a capitulação pura e simples diante da chantagem imperialista e contra ela devem combater todos os marxistas-leninistas; quando se compara o mundo socialista de há uma dezena de anos, em que o imperialismo não ousava atacar países socialistas (ou que, quando o ousava, como na Coreia, deparava com uma resistência unida e activa) com a situação actual, só pode tirar-se uma conclusão: enquanto os revisionistas não forem escorraçados do movimento comunista, este não poderá reagir revolucionariamente às provocações do imperialismo, nem encontrará a "unidade de acção", ainda há pouco apregoada pela conferência consultiva.

O alarme de Fidel Castro encontra-se inteiramente justificado: se os americanos virem que podem prosseguir impunemente as suas agressões, os pequenos países como Cu

ba e o Vietname estão condenados à opressão. E, enquanto a polícia e o exército soviéticos reprimem brutalmente os estudantes afro-asiáticos numa manifestação em Moscovo, alegando para tal as "leis internacionais", enquanto os combatentes do Vietname e os seus compatriotas do Norte, ao abrigo também de várias "leis internacionais", são dizimados pelo belicismo norte-americano, Kossyguine, na feira industrial de Leipzig, convida Johnson a visitar a U.R.S.S. ...

MAO TSE-TUNG :

LEVAR A REVOLUÇÃO ATÉ AO FIM

"O problema que agora se coloca perante o povo chinês, perante todos os partidos democráticos e todas as organizações populares, é o de levar a revolução até ao fim ou deixá-la a meio caminho.

Levar a revolução até ao fim significa empregar métodos revolucionários para liquidar de forma resoluta, definitiva, cabal, total, todas as forças da reacção, persistir sem vacilações em derrubar o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático, derrocar por todo o país a dominação reaccionária do Kuomintang e estabelecer uma república que seja uma ditadura democrática popular, dirigida pelo proletariado e baseada na aliança dos operários e camponeses. Deste modo, a nação chinesa emancipar-se-á totalmente, o país transformar-se-á, de semi-colónia, em Estado autenticamente independente; o povo chinês libertar-se-á por completo, sacudirá duma vez para sempre a canga do feudalismo e do capital burocrático (o capital monopolista chinês), e, em resultado disso, realizar-se-á a paz baseada na unidade e na democracia, serão criadas as condições prévias para transformar a China de país agrícola em país industrial, e tornar-se-á possível a passagem duma sociedade fundada sobre a exploração do homem pelo homem a uma sociedade socialista.

Deixar a revolução a meio caminho significa ir contra a vontade do povo, submeter-se à vontade dos agressores estrangeiros e dos reaccionários da China e dar tempo ao Kuomintang para curar as suas feridas, para que um belo dia se lance repentinamente sobre a revolução, estrangulando-a e mergulhando de novo todo o país nas trevas.

É assim precisamente, com esta clareza e com esta agudeza, que se põe agora o problema. Qual dos dois caminhos escolher? Cada partido democrático, cada organização popular da China deve reflectir sobre este problema, escolher o seu caminho e aclarar a sua posição. Para saber se os partidos democráticos e organizações populares podem ou não cooperar sinceramente, sem terem que se separar a meio caminho, é preciso saber se eles concordam ou não sobre este problema e se estão dispostos a adoptar uma acção unânime para o derrubamento do inimigo comum do povo chinês."

★ (extraído do discurso pronunciado em 1 de Janeiro de 1949, "Obras escolhidas", tomo IV)

(continuação da pág.40)

lento protesto dos EUA; por isso, desta vez, temendo ofender Johnson com uma nova manifestação violenta, o governo soviético escolheu o caminho da repressão contra os estudantes e apressou-se em pedir desculpas a Washington. Não há dúvida de que alguma coisa está podre no país dos trabalhadores...

● Solidariedade mundial ao Vietname

MONTEVIDEO, -21 de Março - Manifestantes desfilaram pelas ruas e lançaram bombas contra o edifício da Aliança Cultural Uruguai-Estados Unidos.

TOQUIO, 18 de Março - 45 mil manifestantes participaram em três concentrações, desfilando depois em protesto contra a agressão americana.

DJAKARTA, 30 de Março - Na Indonésia sucedem-se as manifestações antiamericanas; em Java realizou-se uma grande manifestação de 200 mil pessoas.

SANTIAGO DO CHILE, 17 de Abril - Os estudantes queimaram uma bandeira americana no pátio da Universidade, durante uma manifestação; uma bomba incendiária explodiu junto dum cinema onde se projectava um filme americano sobre o Vietname.

WASHINGTON, 17 de Abril - Mais de 20 mil pessoas organizaram uma marcha para a Casa Branca, em protesto contra a guerra. Em Nova Iorque, mais de mil personalidades culturais enviaram uma carta ao presidente Johnson, interrogando-se sobre a justeza da guerra.

ROMA, 8 de Abril - Mais de 50 mil pessoas desfilaram durante duas horas pelo centro de Génova, depois dum comício em que falou um representante da Frente Nacional de Libertação do Vietname. Em Roma, 123 intelectuais enviaram uma carta de protesto à embaixada americana.

● Uma apreciação lúcida

TÓQUIO - "Os revisionistas modernos não só embelezam o imperialismo americano como tratam de camuflar as suas agressões", escreve o "Akahata", órgão do Partido Comunista Japonês, num comentário de 25 de Fevereiro.

"A manifestação brutal da natureza agressiva do imperialismo americano dá mais uma vez um relevo impressionante à falência dos revisionistas, que procuram a cooperação com o "grupo sensato" do imperialismo e que há anos descobriram que Kennedy representava uma tendência "moderada". A tentativa americana de invasão de Cuba deveria ter feito desaparecer estas ilusões; contudo, os revisionistas, obcecados por esta ideia começaram, depois da morte de Kennedy, a depositar em Johnson as suas esperanças de paz."

"O traço característico desta linha revisionista, poossegue o "Akahata", consiste na "descoberta" de dois grupos diferentes no interior do imperialismo americano, o grupo belicista ultra e o grupo "sensato". Quando Johnson anunciou a sua intenção de pru seguir a política de Kennedy, os revisionistas cantaram a sua aprovação e pouco depois apoiaram Johnson contra Goldwater, perdendo de vista o facto de que o partido de mocrático e o partido republicano são partidos do capital monopolista americano entre os quais não há diferenças essenciais."

"Ora, a verdade que está patente para todos é que Johnson é o representante do imperialismo americano, e que sob a sua direcção os EUA intensificam a agressão contra os povos e, seguindo a sua política de "contenção" da China, preparam uma guerra nuclear na Ásia. Mas, por estranho que pareça, apesar da extensão da guerra do Vietname, os revisionistas obstinam-se em apresentar os actos criminosos de Johnson como resultado da pressão dos "duros"; este sofisma, que leva a concentrar o fogo, não sobre o verdadeiro chefe da política agressiva americana, mas sobre os "ultras", é uma forma engenhosa de amortecer a luta contra o imperialismo. É evidente que o argumento dos revisionistas ajuda o imperialismo americano a encontrar uma justificação teórica para a sua dupla tática, que consiste em proclamar desejos de paz, que são falsos, e em levar a cabo actos de guerra, que são bem verdadeiros."

A GUERRA DO VIETNAME OU OS

BENEFÍCIOS DA "COEXISTÊNCIA"

● Um balanço

HANOI - O jornal "Povo", de 18 de Março, dá o seguinte balanço da agressão norte-americana contra o Vietnam desde 1950:

- desde 1950 a 1964, os E.U.A. gastaram mais de 7 mil milhões de dólares com a intervenção militar directa ou indirecta no Vietnam;
- as tropas americanas no Vietnam sobem actualmente a 35 mil homens, havendo vinte oficiais com a patente de general;
- foram introduzidos no Vietnam dois mil aviões e 800 vasos de guerra;
- os EUA construíram no país 169 aeroportos e 11 portos militares;
- entre 1962 e 1964 foram efectuadas pelas tropas americanas mais de 105 mil operações de terrorismo contra os combatentes e as populações;
- em 1963, os aviões americanos fizeram 300 mil incursões, totalizando 226 mil horas de voo e atiraram 10 milhões de balas.

Perante este balanço, perguntamos se não está mais do que justificada a exigência da retirada imediata das tropas americanas do Vietnam, como condição para negociações de paz. Mas há muitos que não pensam assim, entre eles o "camarada" Tito...

● Tito condena a agressão do Vietnam...pelos vietnamianos

PEQUIM - "Fingindo interessar-se pelo restabelecimento da paz e propondo "negociações sem condições", Tito colabora na fraude dos desejos de paz norte-americanos", escreve o "Diário do Povo".

"Vejam os em que consiste a posição de Belgrado: Os americanos proclamam que a guerra do Vietnam tomará maior envergadura se a Rep. Democr. do Vietnam não cessar a "agressão" contra o sul; logo Belgrado procura espalhar o pânico, falando no "perigo de inumeráveis consequências" e criticando sem pudor a posição da China, "que está a agravar a crise"; Washington, para cobrir o alastramento da agressão, propõe uma "solução pacífica"; imediatamente, Tito escreve a Johnson, propondo "negociações sem condições" e a imprensa de Belgrado louva servilmente os EUA."

"Tito ajudou os Estados Unidos a meterem os seus lacaios de Saigão nas Nações Unidas; em Agosto do ano passado, quando a esquadra americana atacou a R.D.V., a imprensa jugoslava criticou a "acção deliberada" do Vietnam do Norte e não teve vergonha de falar no "direito de autodefesa" dos americanos. Francamente, Tito não tem o direito de falar sobre a questão do Vietnam! O seu papel é de, sob a capa da pacificação, procurar expedientes para desculpar a agressão americana."

● Isto passou-se em Moscovo, não em Lisboa !

MOSCOVO - No dia 4 de Março, assistiu-se nesta capital a um acontecimento inédito: pela primeira vez depois da Revolução, tropas soviéticas foram chamadas para ajudar a milícia a dispersar uma manifestação anti-americana.

Os correspondentes de imprensa relatam: "A polícia a cavalo carregou várias vezes; em seguida, tropas com carros de água carregaram com grande violência sobre os manifestantes que apedrejavam a embaixada americana; quando a manifestação se dispersou, via-se manchas de sangue no passeio. Vários estudantes chineses foram hospitalizados."

Como interpretar esta atitude? Os factos são perfeitamente claros. Um mês antes, os estudantes tinham organizado uma manifestação contra a guerra do Vietnam, durante a qual quebraram centenas de vidros da embaixada americana. Isto provocou um vio

(continua na pág. 39)